



WWF

RELATÓRIO

2013-2017

BR

A AMAZÔNIA

QUE QUEREMOS

Integrando Conservação e Desenvolvimento

Ficha Técnica

WWF-Brasil

Diretor-Executivo

Mauricio Voivodic

Coordenador do Programa Amazônia

Ricardo Mello

Coordenação editorial

Osvaldo Barassi Gajardo – WWF-Brasil

Projeto editorial e redação

Maria Benevides – Quartzo Comunicação

Edição

Frederico Brandão – WWF-Brasil

Jorge Eduardo Dantas – WWF-Brasil

Maria Benevides – Quartzo Comunicação

Revisão

Cristina Velho

Jorge Eduardo Dantas – WWF-Brasil

Maria Benevides – Quartzo Comunicação

Revisão técnica

Lucas Silva – WWF-Brasil

Flávio Quental – WWF- Brasil

Moacyr Araújo – WWF-Brasil

Lorenza Cordeiro – WWF-Brasil

Marcelo Oliveira – WWF-Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação

Érica Cristina Ferreira dos Santos

Fotos

Acervo WWF-Brasil

Foto da capa

Zig Koch/WWF-Brasil

Mapas

Alessandra Manzur - WWF-Brasil

Logo licença CC Textos

© Fotos e Ilustrações

©1986 – Panda Symbol WWF-Brasil World Wildlife Fund

A AMAZÔNIA QUE QUEREMOS

Integrando Conservação e Desenvolvimento

Programa Amazônia
2013-2017

WWF-Brasil

Novembro de 2017

SOBRE O WWF-BRASIL

O WWF-Brasil atua na Amazônia desde que foi criado, em 1996. Em 2010, o **Programa Amazônia** passou a funcionar com o atual modelo, executando projetos que envolvem desde pesquisas científicas, diagnósticos e proteção de áreas prioritárias para a conservação até capacitação e fomento de cadeias produtivas sustentáveis, passando por ações de Educação Ambiental, mobilização e engajamento. Trabalha ainda para o aprimoramento de políticas públicas ambientais e florestais e pela promoção de mecanismos financeiros que remunerem aos que prestam serviços ambientais. Acompanhe o que estamos fazendo em: somosamazonia.wwf.org.br

Com mais de quatro mil afiliados, o **WWF-Brasil** é uma organização não governamental brasileira sem fins lucrativos e integrante da **Rede WWF**. Nossa missão é contribuir para a conservação da natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e de futuras gerações. Junte-se a nós em: wwf.org.br

A **Rede WWF** é a maior rede de conservação da natureza no mundo com presença em mais de 100 países e cinco milhões de membros em todo o mundo. Atua fundamentada na Ciência para encontrar soluções inovadoras que supram as necessidades das pessoas e da natureza. Opera no Brasil desde a década de 70, quando fez os primeiros estudos sobre o mico-leão-dourado e iniciou a campanha para impedir sua extinção.



Esta publicação está sob a licença Creative Commons (www.creativecommons.org.br), que permite a reprodução e utilização dos textos sem autorização do WWF-Brasil somente para uso não comercial.

Fotos e ilustrações permanecem em copyright ©

É permitido:
Copiar e distribuir textos desta publicação.
Criar obras derivadas a partir dos textos desta publicação.

Condições:
Atribuição: Esta publicação tem que ser citada, creditada como fonte e um link deve ser fornecido na citação. A obra em que for utilizada necessita indicar claramente eventuais modificações de textos originais.

Uso não comercial: Textos desta obra não podem ser utilizados com finalidades comerciais.

Compartilhamento pela mesma Licença: Obras que utilizarem textos provenientes desta publicação somente poderão ser distribuídos com uma licença idêntica a esta.

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A489
A Amazônia que queremos : integrando conservação e desenvolvimento : programa Amazônia 2013-2017. / WWF-Brasil-Fundo Mundial para Natureza. – Manaus: WWF-Brasil, 2017. 80 p. : il.
ISBN 978-85-5574-039-8
1. Conservação e proteção – Amazônia. 2. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 3. Fundo Mundial para a Natureza. I. Título.
CDD 333.72 22. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Cristyanne Uhlmann da Costa e Silva CRB-11 879

BRASÍLIA - DF
SGCV lote 15, S/N
Ed Jade Office, salas 319 e 421
Zona Industrial, Guará
Brasília - Distrito Federal
CEP: 71.215-650
+ (55) 61 3364-7400
+ (55) 61 3364-7474

MANAUS - AM
Rua Silvânia, casa 88
Conjunto Vilar Câmara
Bairro Aleixo
Manaus - Amazonas
CEP: 69.083-410
+ (55) 92 3644-3844

RIO BRANCO - AC
Rua Hugo Carneiro, 811
Bairro Bosque
CEP: 69.900-550
Rio Branco - Acre
+ (55) 68 3244-1705
+ (55) 68 3223-4672

Com 6,7 milhões de km², a Floresta Amazônica estende-se por nove países. A maior parte - 4,2 milhões de km² - está no Brasil, onde ela ocupa metade do território.

APRESENTAÇÃO



“A valorização da floresta pelo homem da floresta e pelo da cidade passa também pelo maior controle social dos recursos pelas populações ribeirinhas, de indígenas, de agricultores e da sociedade civil em geral”

Área prioritária para o WWF-Brasil, a maior floresta tropical contínua do mundo tem funções importantes como regulação do clima e estocagem de carbono. Campeã de biodiversidade, é também o lar de 27,6 milhões de brasileiros e da maioria dos indígenas do país.

Junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não-governamentais, setor privado e outros parceiros, buscamos há quatro décadas contribuir para a proteção de grandes porções da Amazônia e preservar os serviços ecológicos prestados por ela.

O trabalho inicial de conservação de espécies e de seus *habitats* foi evoluindo para o fomento do uso sustentável e do planejamento do desenvolvimento da região. Nossa estratégia hoje abarca parcerias com o sistema financeiro para criar estímulos econômicos ao desenvolvimento sustentável, com o setor madeireiro para auxiliar na organização e legalização da cadeia produtiva e até ações em áreas urbanas, de olho em seus impactos nas áreas florestais próximas e no combate às mudanças climáticas.

Comemoramos a robustez e os sucessos do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), maior programa de proteção de florestas tropicais do mundo - no qual o WWF-Brasil é um dos protagonistas - e que já alcançou 98% da meta de proteger 60 milhões de hectares de florestas na região. Mas temos grande preocupação com a redução dos recursos para fiscalização do desmatamento e as tentativas de parlamentares em reduzir em 40% as áreas protegidas no chamado Arco do Desmatamento, onde a atividade madeireira ilegal é mais intensa e onde estão localizadas Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa.

A maior parte das áreas sujeitas à redução encontra-se nos municípios de Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã, onde o Programa Amazônia e seus parceiros vêm obtendo progressos em organizar a atividade madeireira e ampliar as boas práticas na agropecuária junto a empreendedores e produtores que acreditam na região e se opõem aos que querem apenas esgotar as riquezas naturais.

Acreditamos que os cidadãos podem e devem participar ativamente das decisões sobre o desenvolvimento local. Nossos

técnicos em campo creditam o aumento do desmatamento ilegal nos últimos anos no Sul do Amazonas ao desconhecimento do novo Código Florestal e à falsa expectativa por parte dos produtores de uma nova anistia, reforçada por seguidos adiamentos do prazo final para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Como nossos parceiros locais, entre os quais se destaca o maior sindicato de produtores rurais da região, temos buscado levar informação de qualidade e esperamos que a Câmara de Vereadores de Apuí aprove o primeiro plano municipal de combate ao desmatamento, construído numa parceria entre governo e setores produtivos.

A Amazônia brasileira perdeu mais de 18% de sua cobertura vegetal nos 40 anos em que o WWF-Brasil trabalha na região. E mesmo com o repique dos últimos anos e com as pressões sobre as riquezas minerais e energéticas da última fronteira brasileira, valorizamos nossa contribuição para apoiar o governo brasileiro na contenção das taxas de desmatamento, que não correm o risco de voltar ao descontrole observado entre os anos 80 e 2004.

Confiamos no esforço conjunto de nossos parceiros em superar as atuais dificuldades e em apostar no planejamento de paisagens, expressão que entra aos poucos no vocabulário dos gestores e que engloba nossa visão para o futuro da Amazônia: desenvolvimento com responsabilidade e respeito à natureza.

Não abandonamos a missão de estudar com rigor a biodiversidade amazônica, da qual ainda sabemos pouco. Apostamos em pesquisa e inovação para ampliar este conhecimento e auxiliar tomadores de decisão.

A valorização da floresta pelo homem da floresta e pelo homem da cidade passa pelo maior controle social dos recursos pelas populações ribeirinhas, de indígenas, de agricultores e da sociedade civil em geral. Educação Ambiental, capacitação e mobilização das populações locais, para que elas possam participar das decisões que afetam suas vidas, estão sempre presentes em todas as nossas ações.

Nos últimos cinco anos, com uma equipe enxuta, trabalhamos em diversos projetos, cujos resultados resumimos nesta publicação. Encerramos este período acreditando que estamos mais perto da Amazônia que queremos: onde a conservação e o desenvolvimento caminhem juntos, sua importância seja cada vez mais valorizada pelos brasileiros; aonde os povos da floresta vivam com dignidade, que continue a representar um monumento fornecedor de água e regulador do clima para o bem dos brasileiros e de toda a humanidade”. ■

Ricardo Mello

Coordenador do Programa Amazônia



SUMÁRIO

4 | SOBRE O WWF-BRASIL

6 | APRESENTAÇÃO

ONDE TRABALHAMOS

10

USO SUSTENTÁVEL

16

CADEIAS PRODUTIVAS FLORESTAIS

PESCA SUSTENTÁVEL

PRODUTOS FLORESTAIS NÃO
MADEIREIROS

SISTEMAS AGROFLORESTAIS E BOAS
PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA

GESTÃO INTEGRADA
DE PAISAGENS

34

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CÓDIGO FLORESTAL

PROGRAMA ARPA

50

CAPITAL NATURAL

54

ENVOLVENDO O SISTEMA
FINANCEIRO NA ECONOMIA VERDE

PESQUISA E DISSEMINAÇÃO
DE CONHECIMENTO

58

NOVAS ESPÉCIES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E ENGAJAMENTO

64

EDUCAR PARA CONSERVAR

O FUTURO

72

TRANSPARÊNCIA

76

INOVAÇÃO

20

62

70

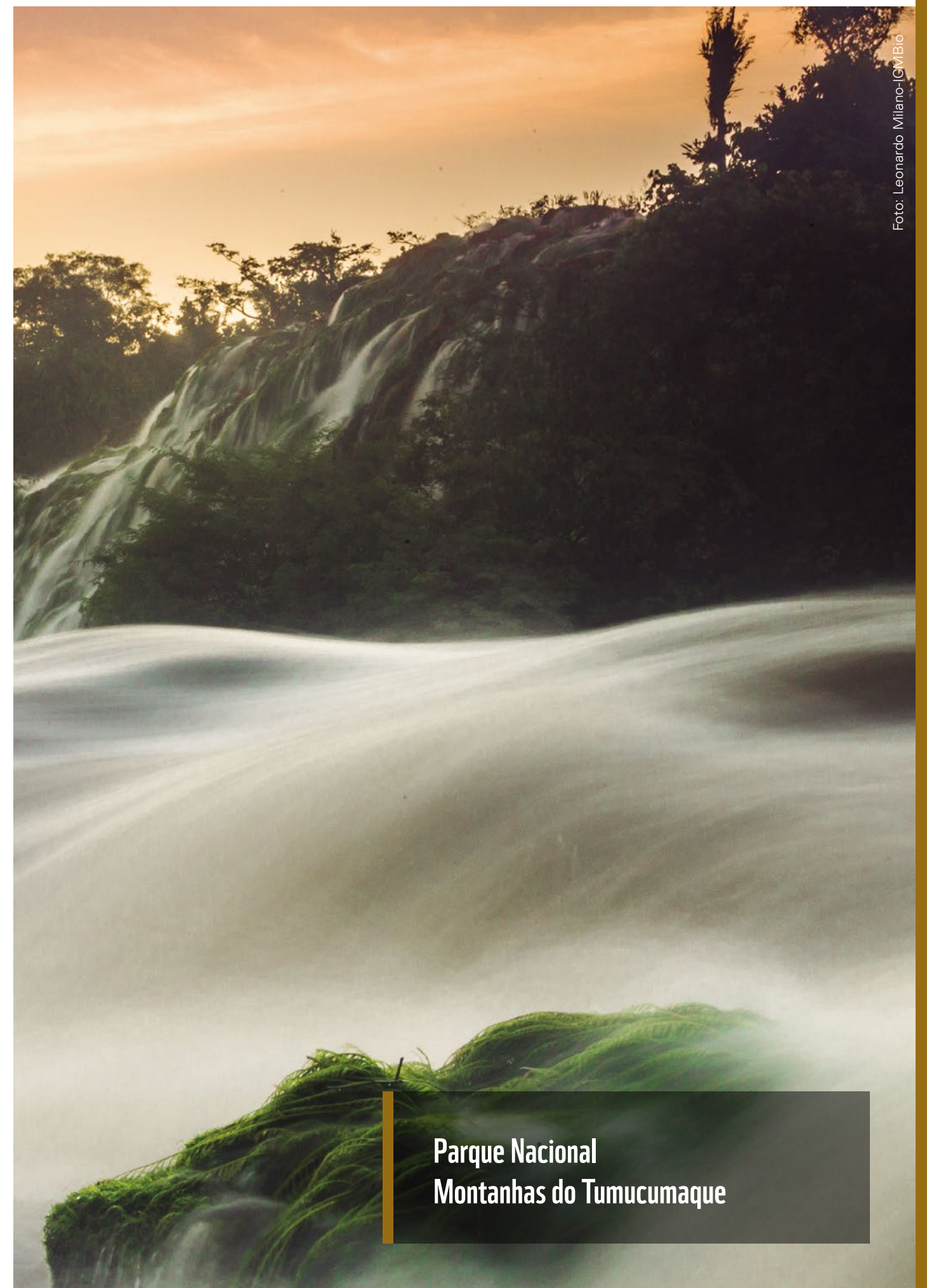
ONDE TRABALHAMOS

Com escritórios
regionais
nos estados do
Amazonas e do Acre,
o WWF-Brasil vem

atuando em regiões com grande importância
para conservação na região amazônica
que, entre junho de 2013 e junho de 2017,
dividiram-se em quatro blocos:

Escudo das Guianas: A região de florestas contínuas entre o Brasil, as Guianas e o Suriname forma um dos maiores blocos de floresta tropical do mundo, com 90% da área ainda intacta. A parte brasileira corresponde a mais de 30% do total e tem um conjunto de 35 Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), além de áreas quilombolas. O escudo é importante para a regulação hídrica da bacia do Amazonas e sofre pressões para construção de projetos de infraestrutura (estradas, usinas hidrelétricas) e de mineração.

Acre-Purus: O WWF-Brasil trabalha no estado há quase duas décadas em parceria com o governo, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Nos últimos anos, a colaboração esteve concentrada no projeto *Protegendo Florestas/Sky RainForest Rescue (SRR)*, projeto premiado, desenvolvido com a rede de TV a cabo britânica SKY, e que contribuiu para proteger **1 bilhão de árvores**. Com o apoio do WWF-Brasil, o Acre desenvolveu um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA), que é uma das experiências mais avançadas de valorização de serviços ambientais no mundo. A cooperação técnico-científica com o governo estadual abrange o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para floresta, agricultura sustentável, pecuária de baixo carbono e o fortalecimento de mecanismos econômicos e financeiros de valorização do capital natural.



Parque Nacional
Montanhas do Tumucumaque

Foto: Leonardo Milano/GVIBio

Apesar do Acre ter 47,3% do território constituído de áreas protegidas, entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o entorno das rodovias (BR-364 e 317) e os rios sofrem grandes pressões antrópicas.

Juruena-Apuí: Funciona como uma barreira para o avanço do chamado Arco do Desmatamento, no norte do Mato Grosso e no Sul do Amazonas, na fronteira entre a floresta e áreas de produção agropecuária. As pressões vão de grileiros, ma-

deireiros e garimpeiros a projetos de construção de grandes hidrelétricas em rios importantes da bacia amazônica. Neste bloco estão amplas áreas de proteção integral como o Parque Nacional do Juruena e o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, assim como Terras Indígenas e as nove Unidades de Conservação do Sul do Amazonas que compõem o Mosaico do Apuí. Engloba as 40 unidades de conservação do Mosaico da Amazônia Meridional (MAM).

Terra do Meio: Localizada na porção central sul do estado do Pará, a Terra do Meio é formada pelas Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Es-

tação Ecológica da Terra do Meio, Resex do Médio Xingu, Parque Nacional da Serra do Pardo e oito Terras Indígenas. Abrange parte dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. A região é cortada pela BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Itaituba ao norte e está na área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

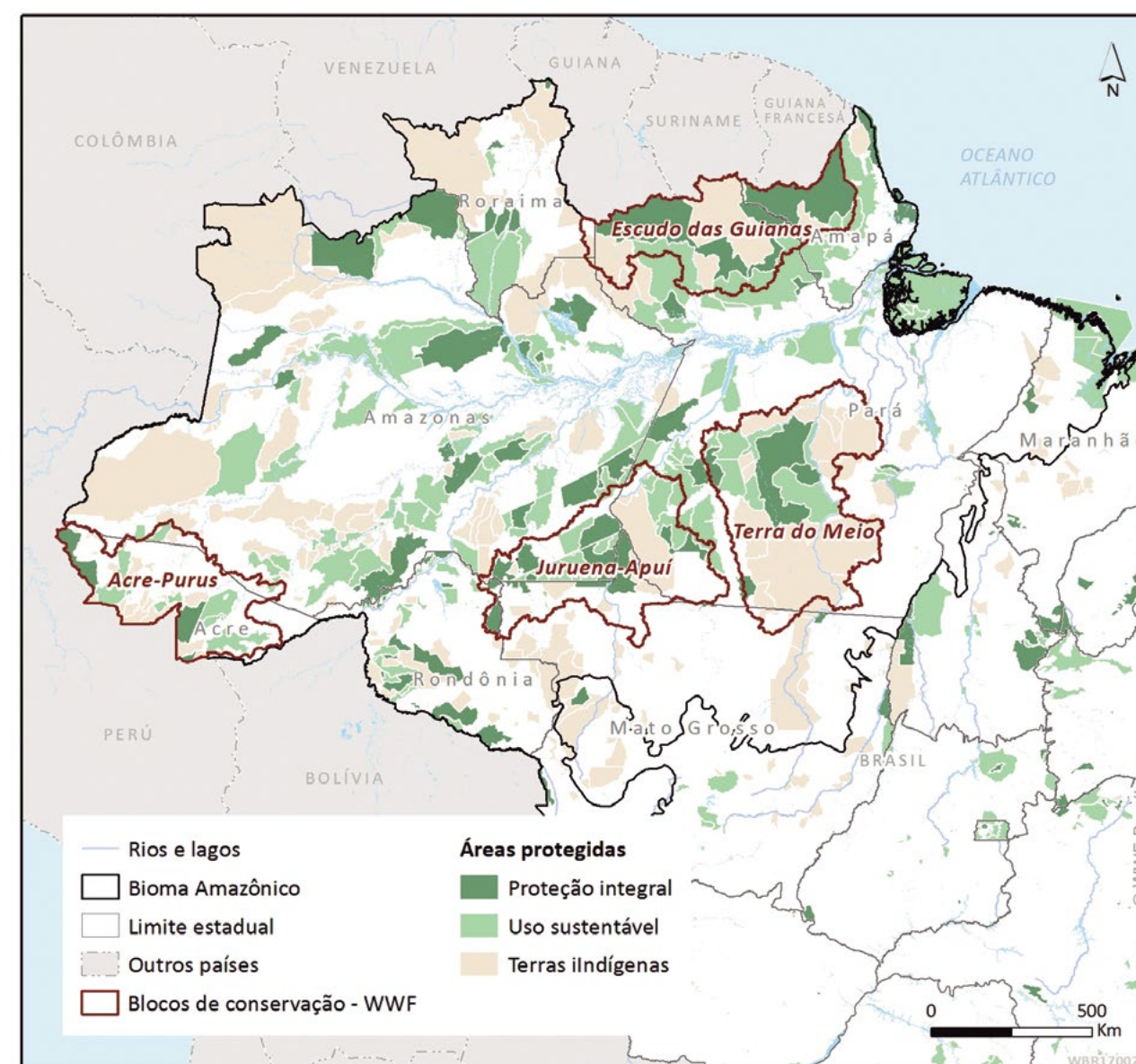
Grilagem e conflitos de terra na região frequentam o noticiário desde a década de 90. O assassinato da ativista ambiental e freira norte-americana Dorothy Stang, em 2005, foi o estopim para a criação de Unidades de Conservação como o Parque Nacional da Serra do Pardo, no qual o WWF-Brasil realizou três expedições entre 2009 e 2011 para subsidiar a elaboração do seu Plano de Manejo, aprovado em 2015.



Foto: Acervo/WWF-Brasil

A construção de Belo Monte, terceira maior hidrelétrica do mundo, no rio Xingu, próxima à cidade de Altamira, ampliou as ameaças sobre a região, que tem uma das mais altas biodiversidades da Amazônia e ainda é pouco estudada. Conflitos fundiários se intensificaram e os impactos socioambientais já se mostram bem maiores do que o previsto pelo projeto.

ÁREA DE ATUAÇÃO



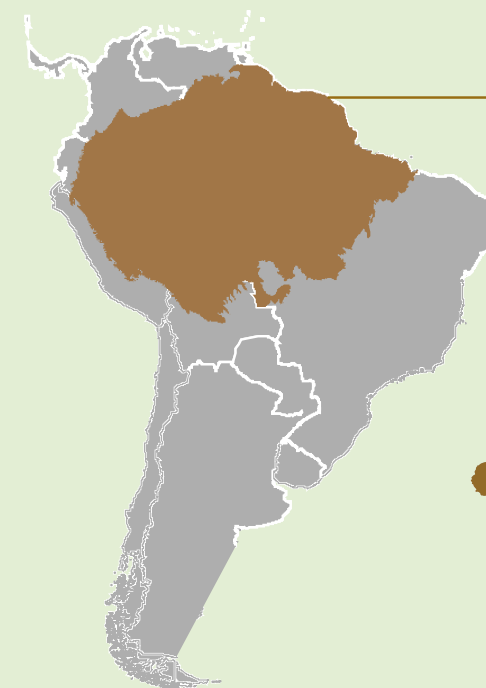
Parque Nacional Serra do Pardo

NESTAS ÁREAS PRIORITÁRIAS, O PROGRAMA AMAZÔNIA BUSCA

- Promover uma gestão do território que considere os princípios de conservação da biodiversidade, dos recursos naturais e oportunidades para o desenvolvimento sustentável;
- Apoiar a formulação, o aprimoramento e a implementação de políticas públicas socioambientais, garantindo uma maior participação e governança da sociedade civil sobre a criação da legislação ambiental brasileira e execução de ações por parte dos governos federal, estaduais e municipais;
- Promover o engajamento e a mobilização da sociedade civil na busca do desenvolvimento sustentável e na conservação da natureza por meio de ações de educação e comunicação que permitam o reconhecimento da real importância dos ecossistemas e processos ecológicos na qualidade de vida da população brasileira;
- Influenciar a sociedade brasileira para o desenho de uma economia que concilie crescimento econômico com sustentabilidade e responsabilidade ambiental, bem-estar e equidade social;
- Produzir e disseminar conhecimento científico entre tomadores de decisão, buscando melhorar os processos de decisão na área ambiental e o fortalecimento da discussão crítica de políticas públicas ambientais.

© Adriano Gambarini/WWF-Brasil

MAIOR BIODIVERSIDADE DO PLANETA



MAIOR FLORESTA TROPICAL DO PLANETA,
corresponde a 2/5 da América do Sul



COBRE 49% DA ÁREA DO PAÍS
(4,2 milhões de km²)



LAR DE 10% DE TODAS AS ESPÉCIES DO PLANETA



5 MIL ESPÉCIES DE ÁRVORES
40 a 300 espécies diferentes
por hectare



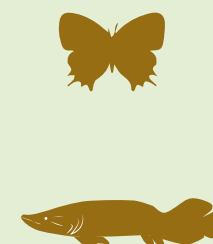
311 ESPÉCIES de
mamíferos



40 MIL ESPÉCIES DE PLANTAS
das 100 mil da América do Sul



Mais de **MIL ESPÉCIES DE AVES**
1 em 4 vive em áreas
restritas ou é rara



70% DOS INSETOS da Amazônia
ainda não têm nomes
científicos

40% DOS PEIXES amazônicos
ainda não foram descritos

Fontes: WWF-Brasil e Museu Paraense Emílio Goeldi



USO SUSTENTÁVEL

Definição: “Utilização sustentável significa a utilização de componentes da diversidade biológica de modo e ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender às necessidades das gerações presentes e futuras”. – Artigo 2º da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada na Rio-92

CADEIAS PRODUTIVAS FLORESTAIS

O WWF-Brasil apoia a participação das populações tradicionais da

Amazônia na conservação e gestão de seus territórios. Também fomenta alternativas de sustento que não afetem o delicado equilíbrio da floresta.

Para que o extrativismo, a pesca e o manejo florestal comunitário se desenvolvam como soluções viáveis de renda a longo prazo, o Programa Amazônia participa ativamente no fortalecimento dos elos de cadeias de produção: do investimento em melhoria de qualidade do produto e capacitações em boas práticas, à articulação entre quem vende e quem compra, buscando novos mercados e condições justas para garantir renda e escoamento da produção.

PESCA SUSTENTÁVEL

Até 2016, o projeto *Protegendo Florestas/Sky Rainforest Rescue*, com apoio da rede de TV britânica SKY e do WWF-UK (Reino Unido) ajudou a financiar o projeto de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) nos municípios acreanos de Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá.

Iniciado em 2014, o projeto *Pesca Sustentável*, parceria com o Fundo Amazônia gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também apoiou o manejo de pesca nos mesmos municípios. **Em conjunto, os dois projetos proporcionaram a comercialização de seis toneladas de pirarucu entre 2012 e 2017**, melhorando a renda de pescadores e ribeirinhos acreanos.

MANEJO DE PESCA



13 LAGOS
em duas
Terras Indígenas

MAIS DE 1.000 PESSOAS
direta e indiretamente
beneficiadas



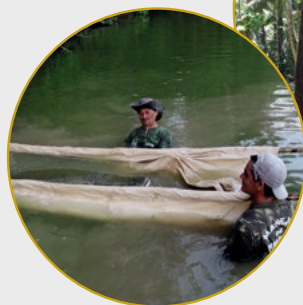
A VENDA DO PIRARUCU

gerou uma renda bruta de cerca
de R\$ 50 mil entre 2013 e 2016



6 ACORDOS DE PESCA

aprovados e 13 em fase
de aprovação



50 PESCADORES

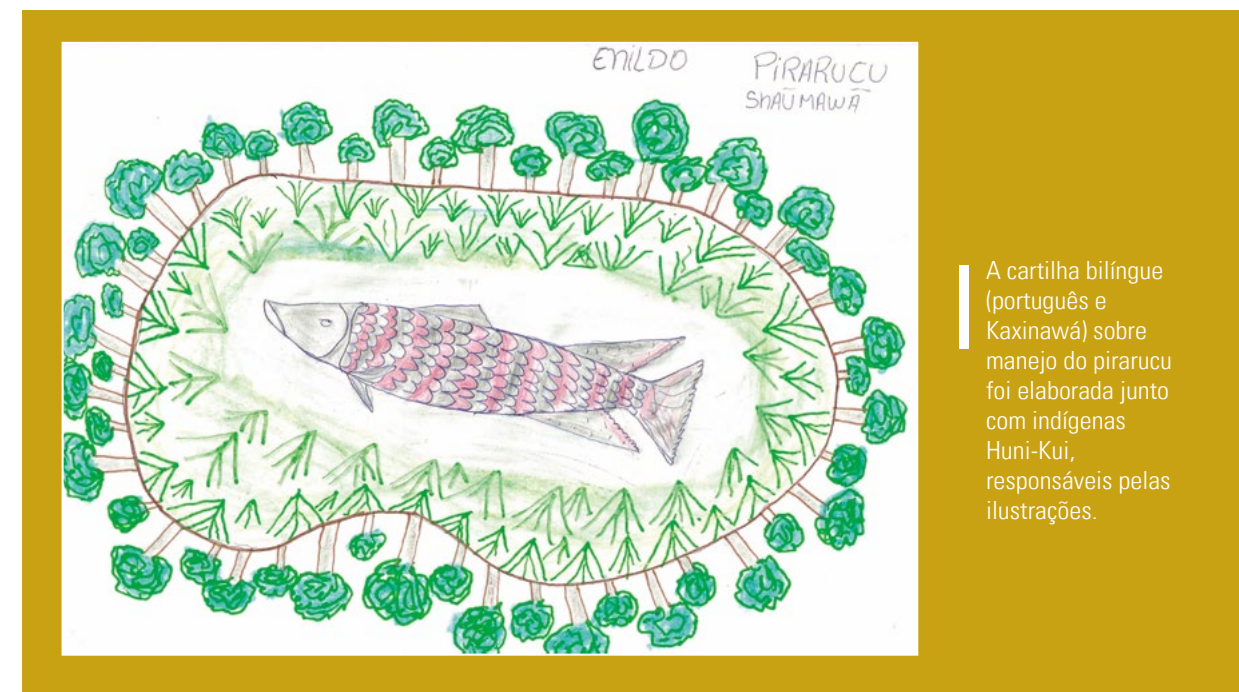
com formação em manejo
e 157 envolvidos no projeto

Design: Quartzo Comunicação

O pirarucu é o maior peixe de escamas de água doce. Por correr perigo de extinção, teve a pesca proibida em 1996. A comercialização do chamado bacalhau de água doce, que pode chegar a medir três metros e pesar mais de 200 quilos, só é permitida em áreas de manejo autorizadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que libera cotas de pesca durante o mês de julho. Apreciado pela carne saborosa, com poucas espinhas, ele pode ser seco e salgado e é uma ótima fonte de proteínas para os ribeirinhos.

No manejo, alguns lagos são protegidos para a reprodução natural da espécie. Na estação de chuvas, as águas dos rios sobem e se conectam aos lagos, permitindo que parte dos peixes migre e repovoe outros lagos.

A autorização para o manejo também ajudou a resolver conflitos de acesso em áreas de pesca. No passado, a redução dos estoques pesqueiros levou comunidades ribeirinhas a restringir a pesca em alguns lagos. Em Feijó, pescadores estavam processando comunitários para ganhar acesso aos lagos naturais. Como o manejo exige



A cartilha bilingue (português e Kaxinawá) sobre manejo do pirarucu foi elaborada junto com indígenas Huni-Kui, responsáveis pelas ilustrações.

acordos de pesca, a disputa foi transformada em parcerias, com a divisão de parte do lucro da comercialização do pirarucu. Pelo acordo firmado, 20% do lucro é revertido para as comunidades.

Os acordos foram incorporados à legislação estadual em 2015, com o apoio do WWF-Brasil, abrindo caminho para que, no futuro, o manejo possa ser certificado pelo *Marine Stewardship Council* (MSC) e ganhe o selo internacional de sustentabilidade.

Ainda na parceria, 12 pescadores, fazem a limpeza dos canais dos lagos em que pescam e contribuem para sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de manter a vegetação nas margens.

No município de Tarauacá, 25 indígenas participam do manejo do pirarucu e, a partir de 2016, a Terra Indígena Kaxinawá, da Praia do Carapanã, na bacia do rio Tarauacá, incluiu seus 10 lagos no projeto. Três deles já têm manejo do pirarucu e um será reservado para pesquisas científicas sobre os hábitos da espécie.

As ações do projeto fortaleceram as parcerias do WWF-Brasil com as associações indígenas Huni-Kui, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Governo do Estado do Acre.

Pirarucu tem origem indígena: pira (peixe) e urucu ou urucum, um fruto cujas sementes são usadas em pinturas corporais

SMARTPHONES NA FLORESTA

© Frederico Brandão / WWF-Brasil

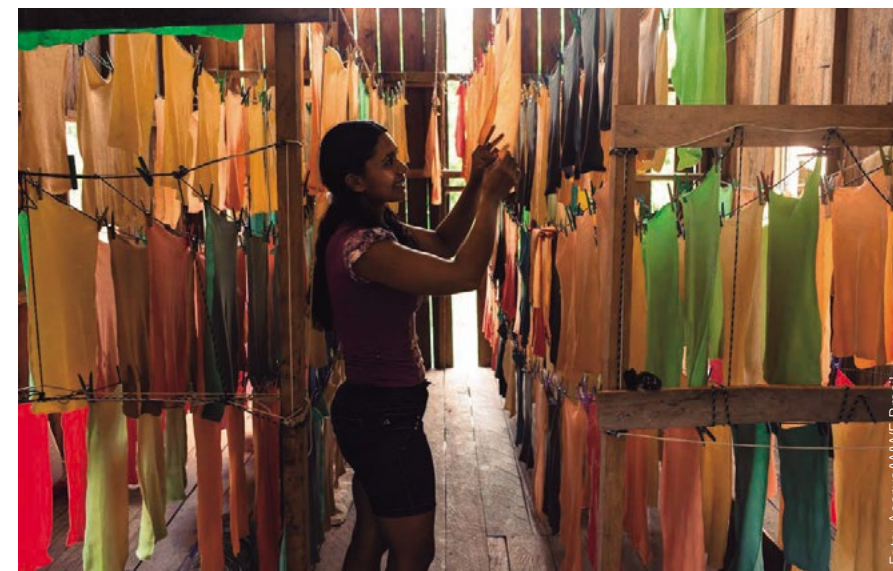
Em cinco comunidades da sede do município de Feijó, no Acre, o monitoramento do manejo da pesca passou a ser realizado em 2016 com a ajuda de um aplicativo para celular, criado especialmente para os pescadores. Eles contam, medem e fotografam o que pescam, registrando tudo no aplicativo *Pesca+*. Charles Guimarães, presidente da Colônia de Pescadores de Feijó, aprovou: “Facilitou muito e acabou com aquele mundo de papel que a gente tinha que preencher”. Os coletores de áreas distantes esperam uma ida à cidade para descarregar as informações do *Pesca+* no computador da Colônia.

Ele lembra sem saudades do tempo em que o pirarucu desapareceu. “Fazia tempo que não tinha pirarucu aqui. Na década de 90, ele sumiu,” conta, apesar da região ser de lagos de várzea, *habitat* natural do peixe. Quando foi convidado pelo WWF-Brasil para uma reunião sobre manejo de pesca no município vizinho de Manoel Urbano, descobriu que o

esgotamento dos estoques se relacionava com a forma de pescar e apostou no projeto. “Em dois anos, no lago que limitou o uso de malhadeiras, o pirarucu voltou,” conta.

As malhadeiras são redes de pesca tradicionais da Amazônia e os pescadores adotavam uma técnica chamada travessão: amarrada nas margens, a malhadeira era estendida por toda a extensão do lago ou usada entre duas canoas para fazer arrastões. Os pirarucus “têm pulmão, respiram que nem a gente e se afogavam. Os pequenos morriam em cinco minutos, presos na malhadeira, sem poder subir para respirar”.

Entre 2013 e 2017, o manejo garantiu a manutenção da população de pirarucus nos lagos naturais do rio Envira. Na Terra Indígena Praia do Carapanã, no rio Tarauacá, em um ano foi registrado um aumento de 25% no número de peixes nos três lagos em que foi registrada a presença da espécie.



Em média, entre 27% e 35% da renda anual do seringueiro é oriunda do trabalho com borracha

BORRACHA

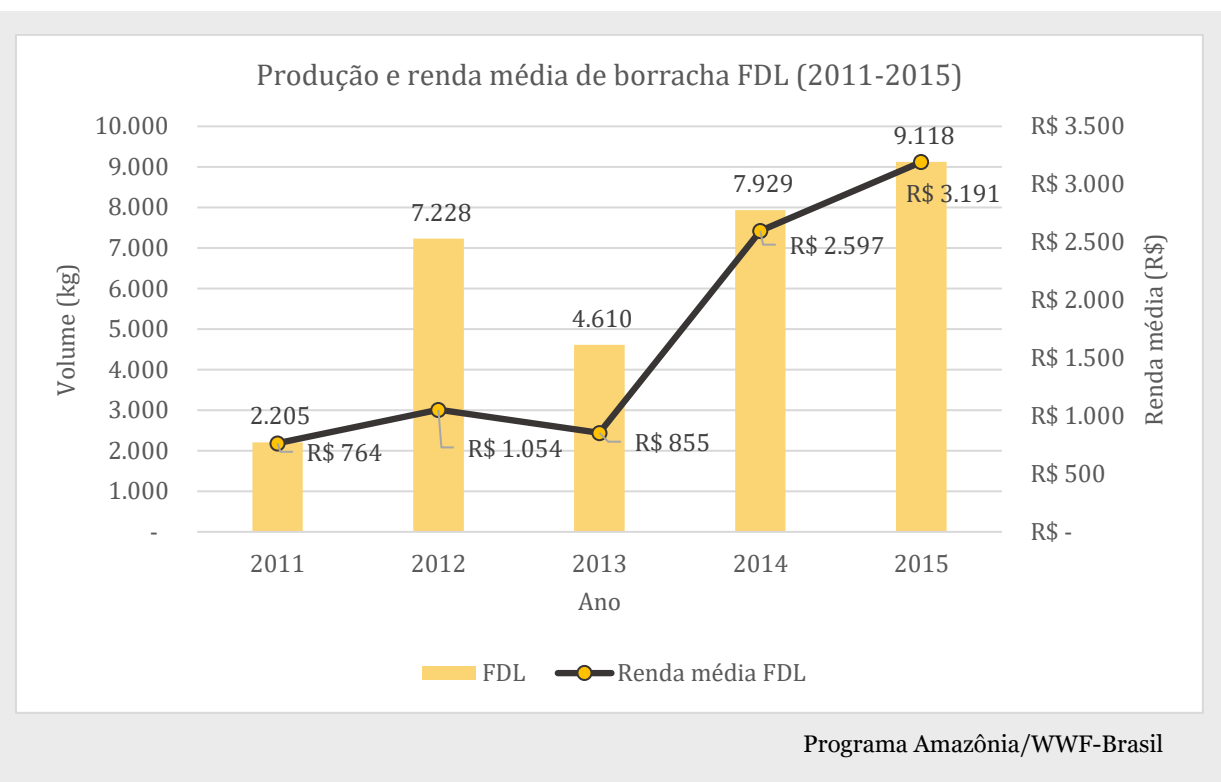
A reestruturação desta cadeia produtiva no Acre incluiu parcerias, intercâmbios e treinamentos na busca de soluções para enfrentar os gargalos da comercialização da borracha natural, comum aos produtos extrativistas: pequena escala, sazonalidade e alta qualidade exigida pelos mercados.

O Programa Amazônia levou aos extrativistas de Feijó e Tarauacá uma tecnologia desenvolvida pela Universidade de Brasília (UnB), que faz o beneficiamento da borracha sem o uso de fumaça, permitindo sua coagulação e posterior vulcanização em processos industriais.

A produtividade dos seringais aumentou e hoje três tipos de borracha são comercializados pelos seringueiros: o Cernambi Virgem Prensado (CVP), a Folha de Defumação Líquida (FDL) e Folha Semi-Artefato (FSA). A borracha sai pronta para ser processada pela indústria, agregando valor ao produto dos seringueiros.

A Cooperativa Agroextrativista de Tarauacá (CAET), o Governo do Acre e o Banco de Desenvolvimento Alemão KfW assinaram um convênio em 2004 que permitiu à cooperativa local realizar suas atividades comerciais com os extrativistas. Seringueiros recebem o preço de mercado, além da subvenção estadual da borracha a título de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Entre 2012 e 2016, mais de 30 toneladas de Folha de Defumação Líquida (FDL) foram comercializadas em Feijó e Tarauacá e duas empresas estão comprometidas com a compra da produção.



AÇAÍ

Se em 2009, o Acre não conseguia suprir nem sua demanda interna de açaí, **em 2014, uma única associação de produtores rurais em Feijó vendeu 57 toneladas para uma empresa do Amazonas.**

Os municípios acreanos receberam apoio na organização da produção, em práticas responsáveis e na promoção de novos mercados. Foram realizados estudos sobre a espécie, um diagnóstico de potencial produtivo, a confecção de um manual ilustrado de boas práticas, doação de equipamentos, ações para fortalecimento institucional, além da capacitação de comunidades para coleta e armazenamento. O WWF-Brasil também promoveu intercâmbios para que extrativistas conhecessem experiências de Sistemas Agroflorestais e produção orgânica no próprio Acre e em outros estados amazônicos.

A construção de estradas está associada ao aumento do desmatamento na Amazônia, mas a preparação das comunidades

para ampliar a qualidade de seus produtos extrativistas e planejar a produção, além do trabalho de conectar empresas interessadas em desenvolvimento sustentável às associações extrativistas, tiraram vantagem do asfaltamento da BR-364. A comercialização da produção das 78 famílias da Associação Parque das Ciganas para a empresa de Boca do Acre, no Amazonas, foi viabilizada pela chegada do asfalto.

COPAÍBA

O óleo de copaíba extraído de forma sustentável é utilizado pela indústria farmacêutica e de cosméticos. Em Apuí, no Sul do Amazonas, a cerca de 400 km de Manaus, a parceria articulada entre as associações de extrativistas foi com a empresa suíça Firmenich. A empresa criou um fundo, cujos dividendos foram usados para capacitar associados que extraíam o óleo na floresta.

A qualidade do óleo e a compradora estrangeira deram visibilidade para o negócio e atraíram dois novos compradores de Manaus. A chegada da concorrência resultou em aumento de preço: **o quilo do óleo de copaíba passou de R\$ 7,00 pagos por atravessadores em 2011, para R\$ 29,00 em 2014, pagos pelas empresas.**

Também houve aumento de produtividade: a Associação do Projeto Agroextrativista Aripuanã-Guariba dobrou a produção de óleo de copaíba, o que ampliou



© Simon Rawles / WWF

O valor do açaí in natura aumentou em 40%



a renda de cada uma das 15 famílias participantes em R\$ 1.280,00. Em 2014, o salário mínimo no país era de R\$ 678,00.

Outro plano de manejo da copaíba foi introduzido na Reserva Extrativista (Re-sex) Cazumbá-Iracema, no Acre, como parte do projeto *Iniciativa para Conservação das Cabeceiras da Amazônia*, financiado pela Fundação Moore.

CASTANHA

Com a ajuda do WWF-Brasil, a Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do rio Iaco (Cooperiaco) adquiriu 20 toneladas de castanha-do-brasil das famílias produtoras da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, no Acre. Foi possível auxiliar a produção sustentável naquela Unidade de Conservação e garantir a comercialização de um produto de melhor qualidade, respeitando critérios socioambientais responsáveis.

Auxílio técnico e financeiro para melhorar a produção, armazenamento e buscar novas oportunidades de comercialização da castanha também foram prestados pelo WWF-Brasil, em parceria com o Instituto Tocary, do Mato Grosso.



A comunidade ribeirinha da Barra de São Manoel, entre os estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, retomou a atividade que havia sido abandonada. Os comunitários estão beneficiando e empacotando a castanha a vácuo e planejam vender a produção para turistas, no âmbito do projeto *Turismo de Base Comunitária*, também apoiado pelo WWF-Brasil.

AGROFLORESTA E BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

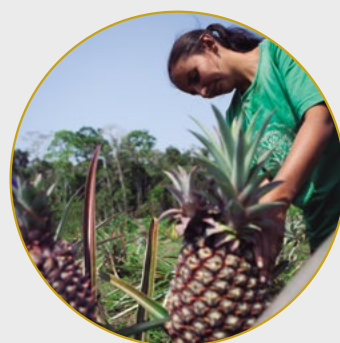


Aumento de **17% em áreas dedicadas a Sistemas Agroflorestais** na região do projeto Protegendo Florestas

38% das famílias aumentaram sua renda com a diversificação das atividades produtivas e adoção de sistemas de produção agroecológicos



620 famílias no Acre foram atendidas com assistência técnica e receberam fomento para adotar práticas agroecológicas



2.300 famílias certificadas no uso de boas práticas agropecuárias e Sistemas Agroflorestais no Acre

Design: Quartz Communication. Fotos: Lucas Silva/WWF-Brasil

SISTEMAS AGROFLORESTAIS E BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

No Programa de Certificação do Governo do Acre, apoiado pelo *Protegendo Florestas/Sky Rainforest Rescue*, produtores rurais passaram a receber benefícios para diversificar suas atividades produtivas e abandonar a prática de queimadas, substituindo-a pela plantação de leguminosas como a mucuna em suas propriedades. A mucuna fixa o nitrogênio no solo, aumentando a fertilidade, dando boa cobertura e protegendo a terra, além de poder ser usada na alimentação de animais.

Mais de duas mil famílias foram certificadas em Feijó, Tauaúacá e Manoel Urbano e passaram a receber Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), fomento produtivo e pagamento por bônus e performance ambiental. Além disso, elas também participaram de oficinas práticas, intercâmbios em áreas de produtores e mutirões agroflorestais, para implantação participativa de áreas demonstrativas.

A adoção de boas práticas na atividade pecuária também foi uma estratégia utilizada pelo WWF-Brasil nos estados do Acre e Amazonas. Para atingir este fim, produtores-multiplificadores foram capacitados na reforma, rotação e consorciação de paisagens, na implantação de árvores nas pastagens e na eliminação do uso do fogo para manejo. Também se investiu na proteção de nascentes d'água e restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente (APP's) nas beiras dos rios e igarapés.

O projeto *Iniciativa para Conservação das Cabeceiras da Amazônia*, implementado pelo WWF-Brasil e parceiros com o objetivo de proteger os rios amazônicos, também fomentou a recuperação de áreas degradadas por meio de viveiros de mudas nativas e de implantação de Sistemas Agroflorestais na Resex Cazumbá-Iracema, nas Florestas Nacionais de Macauã e São Francisco e na Resex Chico Mendes, no Acre.

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Atualmente, grande parte da produção madeireira na Amazônia vem da exploração predatória. Para minimizar os impactos causados pela exploração de madeira, a ciência desenvolveu um conjunto de técnicas capazes de usar a floresta com baixo impacto ambiental. O manejo florestal permite a recuperação da floresta após a exploração. Poucas árvores são cortadas por

“A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer.”

– Chico Mendes



hectare e, após o corte, aquela parte da floresta é reservada ao descanso, para que se regenere.

O Programa Amazônia vem apoiando e prestando assistência a cooperativas extrativistas voltadas para o manejo florestal comunitário. Uma delas fica na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, criada após o assassinato do sindicalista, seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes. Uma das cooperativas atuantes ali é a Cooperfloresta, que foi organizada em 2005 com apoio do WWF-Brasil e outros parceiros. Ela nasceu com o objetivo de fomentar a cadeia produtiva da madeira certificada FSC e de origem comunitária do Acre. Em 2014, a Cooperfloresta e a Associação dos Moradores e Produtores da Resex (Amoprex) operaram o primeiro plano de manejo florestal madeireiro da Resex Chico Mendes, produzindo cerca de 3 mil metros cúbicos de madeiras tropicais certificadas e envolvendo cerca de 40 famílias. Em parceria com a Universidade Federal do Acre, o WWF-Brasil também está realizando uma avaliação de impactos ambientais para garantir o cumprimento dos padrões exigidos pela certificação do *Forest Stewardship Council* (FSC).

O WWF-Brasil está prestando auxílio técnico aos cooperados para ajudá-los a cumprir as recomendações feitas e a manter a certificação.



VIVER NA FLORESTA COM DIGNIDADE

Primo do lendário seringueiro e ambientalista Chico Mendes, Raimundo Mendes de Barros é conhecido como “Raimundão” na Resex. Com voz firme e fala pausada, ele diz que “hoje é tudo muito diferente da época que eu e Chico nascemos. O seringueiro não é mais o pobrezinho de roupa rasgada, o coitadinho. A gente tem calçado, tem roupa, os filhos têm escola aos cinco anos”.

Como a borracha nativa, o óleo da copaíba e a castanha-do-brasil, o manejo certificado se junta às alternativas para garantia da renda que ajuda os moradores a resistir à expansão da pecuária e de pastos, e a monitorar os 970 mil hectares da Resex Chico Mendes, que tem mais de 40 entradas e é permanentemente ameaçada por invasões.

Aos 72 anos, Raimundão mantém a rotina de acordar antes do sol nascer, preparar um ‘quebra jejum’ reforçado e sair às 6h para, dependendo da época do ano, quebrar castanha, ir para o seringal, seguir para a área de manejo florestal ou para o roçado, onde planta milho, banana e abacaxi.

A cooperativa busca o látex e a castanha e ele mesmo vende porcos e galinhas em Xapuri, agora que tem uma motocicleta. “Antes comprava mercadoria do patrão, depois do marreteiro, agora a gente mesmo vai comprar. Melhorou muito”.



© Frederico Brandão / WWF-Brasil

“O WWF-Brasil tem sido um parceiro muito importante do nosso movimento. Tem trabalhado com projetos com as associações da Resex, tem feito discussões e encaminhado projetos com as próprias comunidades. E isto reverte em melhoramento das condições de vida dos extrativistas”.

CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA

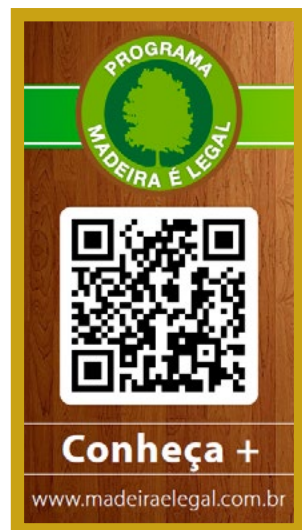
Responsabilizado pela compra de madeira proveniente de desmatamento, o setor de construção civil reduziu de 30% para 3% o uso de madeira nas edificações no Brasil. Ao contrário do que possa parecer, os especialistas do WWF-Brasil não aprovaram: a madeira, além de ser reciclável, retém carbono. E os materiais alternativos, como plástico e aço, aumentaram as emissões do setor.

Queda na demanda também não aumenta as chances de preservar árvores na Amazônia. Pode, ao contrário, facilitar a conversão de florestas não protegidas em pastos. Isto porque no Brasil o valor da terra limpa (desmatada) é maior do que o valor da terra com vegetação natural. O manejo florestal comercial em larga escala para uso em construções é, na verdade, uma das alternativas para valorizar a floresta em pé.

Buscando ressuscitar a boa imagem da madeira e seu uso responsável na construção civil, o Programa Amazônia passou a buscar os influenciadores do setor para mostrar que a mudança ocorrida não era necessariamente um bom negócio para o Meio Ambiente.



© WWF-Brasil



O QR Code leva para um site onde é possível consultar diferentes espécies de madeira para uso na construção civil.

1 m³ de madeira armazena, em média, 1 tonelada de carbono

Para isto, estimulou técnica e financeiramente a formação do Programa *Madeira É Legal*, que reúne a indústria do setor em torno da ideia da organização e legalização da cadeia produtiva. Especialistas do WWF-Brasil passaram a frequentar feiras de construção e arquitetura, mostrando as vantagens da madeira manejada e legalizada para engenheiros e arquitetos que, em última análise, decidem que materiais serão utilizados nas obras.

Em 2015, o Programa Amazônia, junto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), lançou o aplicativo de celular *Catálogo de Madeiras Brasileiras*.

Disponível para download no Google Play, este aplicativo é um manual de madeiras alternativas para a construção civil. Ele mostra um conjunto de 30 espécies amazônicas não muito conhecidas, com baixo valor comercial e as mesmas especificações técnicas a que os construtores estão acostumados - além de não correrem risco de extinção. Uma versão interativa do aplicativo é levada a feiras e convenções.

O primeiro levantamento sobre espécies madeireiras no Sul do Amazonas foi efetuado em 2014, conjuntamente com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) no Projeto Água Brasil. As espécies mais comuns da região foram reunidas em uma publicação em formato de bolso para uso de mateiros, identificadores botânicos, empreendedores do setor florestal e distribuído também para técnicos e operadores que lidam com licenciamento ambiental e fiscalização nos municípios de Apuí, Lábrea e Humaitá.

O guia de bolso das espécies ajuda quem fiscaliza, porque as mesmas espécies ganham diferentes nomes dependendo da região. Reconhecer as características de cada uma ajuda a fiscalizar e evitar fraudes no transporte e comercialização.

Novas tecnologias, como a madeira laminada colada (lâminas de madeira coladas, formando uma peça que pode ser mol-

dada e formar curvas, mesmo em grandes estruturas) também são divulgadas para os profissionais do setor.

Em contraste com as empresas de papel e celulose, o setor de madeira de corte é pouco organizado e a parte da indústria que trabalha com manejo florestal e dentro da legalidade é penalizada por burocracia excessiva. O desenvolvimento do Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal (FNBF), reunindo todos os elos da cadeia da indústria da madeira passou a ser uma das prioridades para o WWF-Brasil.

A indústria de beneficiamento, hoje concentrada no centro-sul do país, também pode ser desenvolvida na Amazônia, agregando valor ao produto de base. O estado do Mato Grosso tem demonstrado interesse na questão e o WWF-Brasil está montando uma estratégia com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), USP São Carlos (unidade da Universidade de São Paulo), Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas (Sebrae), que dirá quais espécies nativas podem ser exploradas com o uso de novas tecnologias, como a madeira laminada colada. Acre e Pará serão os próximos.

Identificar as empresas que trabalham na legalidade exige rastrear a madeira. Para garantir a lisura dos parceiros, o WWF-Brasil tem usado o sistema da Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio), que faz o cruzamento de bases de dados, que vão de imagens de satélites a análise das espécies encontradas na região de origem. No futuro, por meio de auditorias, será criado um cadastro de fornecedores de madeira responsável.

Para o consumidor final, o WWF-Brasil produziu uma série de cinco vídeos explicando como explorar a floresta de forma responsável. Eles já foram visualizados mais de 650 mil vezes e estão disponíveis em: www.wwf.org.br/madeiraelegal

Mais de 35 mil pessoas já estiveram em palestras, feiras e outros eventos onde o WWF-Brasil promoveu o uso da madeira legal



© Lucas Silva / WWF-Brasil

GESTÃO INTEGRADA DE PAISAGENS

Ainda não existe uma definição universal sobre as paisagens sustentáveis, mas o WWF-Brasil aceita a seguinte: “Forma de gestão do território que envolve colaboração entre múltiplas partes interessadas, com o propósito de chegar a paisagens sustentáveis. A estrutura de governança, tamanho, alcance e o número de parceiros envolvidos pode variar. O nível de cooperação também vai de compartilhamento de informações e consultas a modelos mais formais, com processos conjuntos de decisão e implementação”.

(*The Little Sustainable Landscapes Book*, WWF-Brasil e parceiros, 2015)

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Programa Amazônia do WWF-Brasil desenvolve uma série de atividades para apoiar a criação, implementação e consolidação de Unidades de Conservação (UCs) no país. Colaborou para a criação de duas UCs no município de Senador José Porfírio, no sudeste do Pará (Terra do Meio), em 2013: um Refúgio de Vida Silvestre e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. E participou ativamente da elaboração ou revisão de mais de 10 planos de manejo de UCs na Amazônia.

Para auxiliar na implementação das novas Unidades, a equipe do Programa Amazônia realiza diagnósticos e pesquisas dos meios físico, biológico e social das UCs para subsidiar planos de manejo (com restrições e ações para uso de recursos naturais). Além de organizar oficinas para capacitação de gestores, facilitar e estimular a participação de comunidades locais no processo de gestão, e oferecer suporte para a formação dos conselhos consultivos.

A experiência com a implementação de UCs no sudoeste da Amazônia no projeto *Iniciativa para Conservação das Cabeceiras da Amazônia*, encerrado em 2014, foi registrada numa publicação recente do WWF-Brasil, voltada para profissionais que atuam na área: <https://goo.gl/b58O1R>

Quando necessário, o WWF-Brasil doa equipamentos. Podem ser computadores, máquinas de tritar castanha, ou mesmo um flutuante, construído com financiamento do WWF-Alemanha especialmente para auxiliar o trabalho do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Parque Nacional do Jurueña, entre o Mato Grosso (60%) e o Amazonas (40%).



PARQUE NACIONAL DO JURUENA: CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA PRÁTICA

O FLUTUANTE QUE CONSTRÓI PONTES

A equipe do ICMBio responsável pelo Parque Nacional do Juruena, que tem quase 2 milhões de hectares, trabalha em Alta Floresta, no Mato Grosso, onde há telefones e internet. Com capacidade para até 20 pessoas, o flutuante planejado em conjunto e doado pelo WWF-Brasil com o apoio do WWF-Alemanha é a única base do ICMBio no Parque e tem sido usado para atividades de pesquisa, monitoramento e fiscalização.

Ancorado na Barra de São Manoel e equipado com energia solar e estação de tratamento de esgoto, abriga reuniões com a comunidade e vai tornar-se um Centro de Informação Ambiental com biblioteca e acesso à internet, que será compartilhada com os moradores. Em seu uso para Educação Ambiental, pode ser deslocado quando necessário.

A coordenadora do Parque, Lourdes Iarema, enfatiza que “parcerias como a que temos com o WWF-Brasil, são funda-

mentais. Não só em termos financeiros, mas em recursos humanos, pelo que elas possibilitam no agregar, no interagir com a sociedade local.”

O WWF-Brasil apoiou a criação do Parque, em 2006, com uma expedição para ajudar na definição da área; prestou suporte para a elaboração do plano de manejo e, posteriormente, na mobilização para criar o Conselho Consultivo, formado por órgãos federais, estaduais e locais, representantes de setores produtivos como madeireiro e agricultura familiar, comunidades do entorno, instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil. “O Conselho é super atuante e o Juruena tem avançado nestes aspectos de gestão, por ter cumprido as etapas de implementação.”

Além da comunidade da Barra, há outra mais ao norte (Colares) e uma comunidade indígena dentro do Parque (Pontal). Como o transporte na região é fluvial, o flutuante “é para nós muito mais do que uma base. Ele é a porta de entrada para visitantes e o canal de envolvimento com a sociedade local”, afirma.

DE INIMIGO A ALIADO

A comunidade ribeirinha de Barra de São Manoel tem cerca de 400 habitantes. Às margens do Tapajós, no Sul do Amazonas, fica logo depois que o rio se forma, na confluência do Juruena e Teles Pires. Quando o Parque Nacional foi criado, tinha como principal fonte de renda a extração ilegal de ouro na calha do rio e venda de peixes para garimpeiros ilegais nas proximidades. A criação de um parque de proteção integral ali ao lado não foi bem recebida.

“Para a comunidade, o pessoal do WWF-Brasil foi muito importante. Nos primeiros conflitos com o ICMBio, eles estavam presentes e nos ajudaram a ver que discutindo a gente não ia resolver nada. Eles nos ajudaram a fazer o diálogo”, relembra Luís Mendes, um dos líderes da comunidade.

Mendes conta que o ouro “estava ficando difícil, precisava de maquinários e a gente não tinha dinheiro”. Por isso, os moradores já cogitavam entrar no negócio da pesca esportiva, explorado por duas pousadas próximas. Acabaram decidindo-se pelo turismo

de base comunitária ao estudar alternativas de geração de renda com técnicos do WWF-Brasil. E receberam oficinas de artesanato e empreendedorismo.

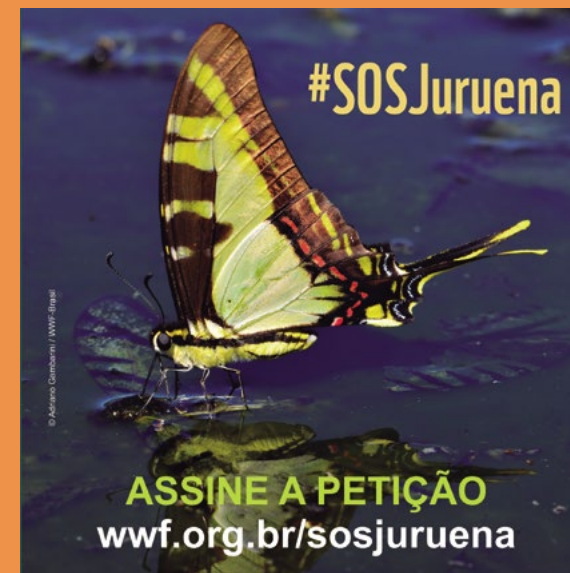
“Para você ver como o trabalho do WWF-Brasil foi importante: eles colocaram uma consultora de turismo comunitário aqui, que nos preparou por bastante tempo”, afirma. E que acompanhou a primeira leva de visitantes: um grupo de agentes de viagem convidados pelo WWF-Brasil, em 2016.

O roteiro foi definido pelos moradores: cachoeiras, passeios de barco, praias de areia branca, e áreas de colheita de castanha. No cardápio, pratos da culinária local: quem cozinha também recebeu treinamento.

Os moradores passaram a ver o Juruena como aliado: “Se fizerem as hidrelétricas, como já tem projeto, vamos sumir do mapa,” diz Mendes. “Hoje o Parque é a nossa segurança. Se ele não barrar as hidrelétricas, ninguém barra”.



Foto: Adriano Gambarini / WWF-Brasil



CAMPANHA #SOS JURUENA

Quando em 2014, o governo brasileiro sinalizou que se preparava para iniciar estudos de viabilidade técnica e ambiental para duas grandes usinas hidrelétricas na área do Parque Nacional do Juruena, abrindo espaço para recortar o quarto maior Parque Nacional do país e inundar uma área de 40 mil

hectares, o Programa Amazônia iniciou sua primeira campanha conduzida exclusivamente em redes sociais: a **#SOSJuruena**.

Em apenas dois meses a petição online reuniu 25,7 mil assinaturas contra a inclusão das usinas de Salto Augusto (1.461 MW) e de São Simão (3.509 MW) no Plano Decenal de Expansão de Energia. Com filmetes em português e inglês, a campanha foi apoiada pela Rede WWF nos Estados Unidos na Europa. Só no Brasil, 6 mil pessoas assistiram aos vídeos do YouTube explicando a importância de preservar o Juruena. No Facebook, foram 24,5 mil curtidas.

A área a ser inundada afetaria ribeirinhos e índios no entorno do Parque, desapareceria com grande parte das corredeiras do rio Juruena – essenciais para migração de peixes – e poderia acabar de vez com 42 espécies de animais ameaçados de extinção ou que somente são encontrados ali.

A campanha foi decisiva para ampliar globalmente a visibilidade dos riscos ligados à exploração do potencial energético da Amazônia e contribuiu para que os projetos fossem engavetados. Em outubro daquele ano a lista do Plano Decenal de Energia foi anunciada pelo governo sem mencionar as duas hidrelétricas. Apesar de ser decenal, o plano que prevê a expansão da produção energética no Brasil é revisto e publicado anualmente.

“Desde 2008, o Brasil perdeu uma superfície maior do que a Costa Rica em áreas de conservação, principalmente para obras de infraestrutura.”

GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

“Quando existir um conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não,

próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas, públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

– Artigo 26 da Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

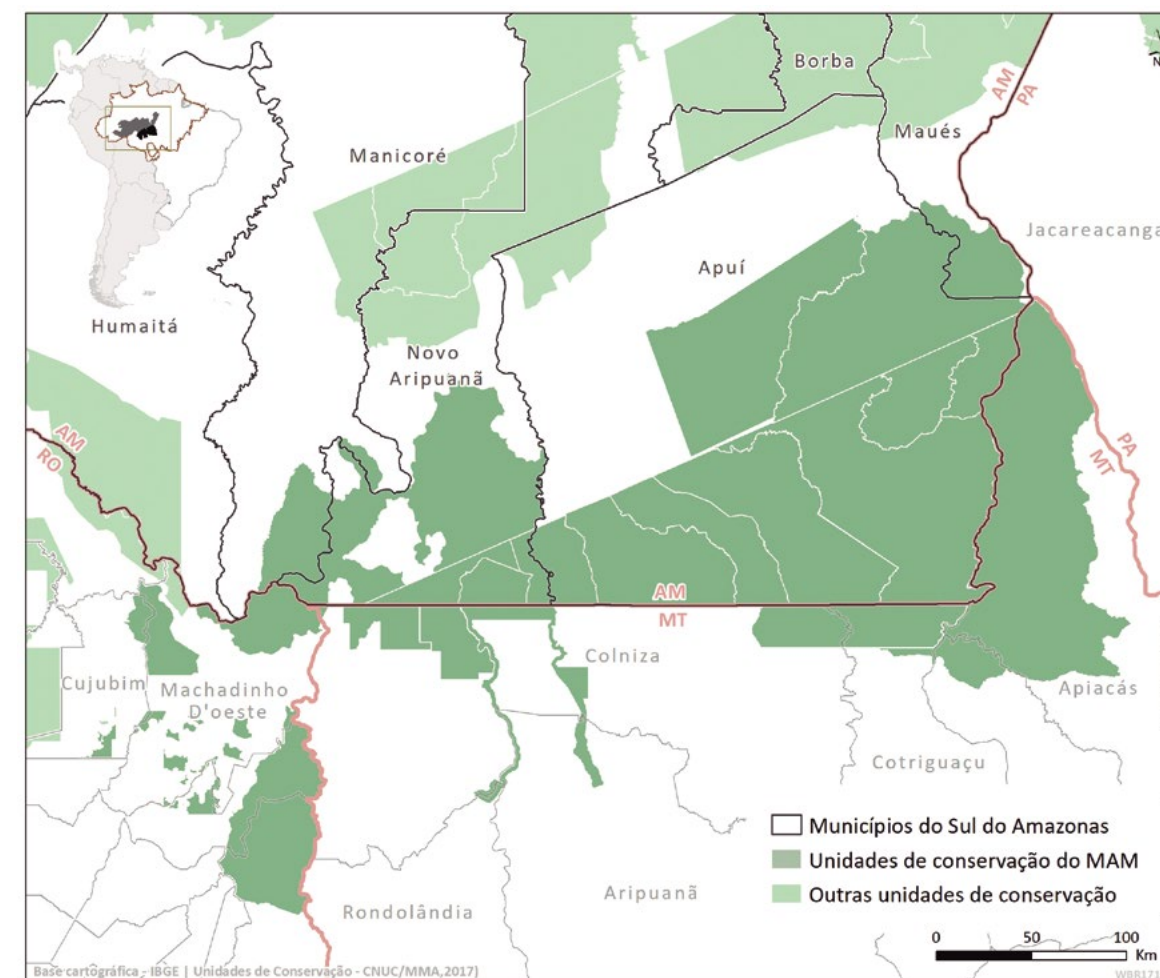
Os mosaicos de áreas protegidas são reconhecidos no Brasil como instrumentos de gestão e ordenamento territorial. Sendo a Amazônia uma região isolada de dimensões continentais, unir esforços regionalmente e integrar ações amplia as chances de alcance de melhores resultados.

Este modelo de gestão territorial é defendido pelo WWF-Brasil, que apoiou a criação do Mosaico da Amazônia Oriental, no Amapá, em 2013.

Em 2015, durante o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, o WWF-Brasil lançou o estudo *Gestão Integrada de Áreas Protegidas: uma análise da efetividade de mosaicos*, com os resultados de um levantamento feito em mosaicos de quatro biomas brasileiros. Entre eles, o da Amazônia Meridional e Baixo Rio Negro. Foram avaliados aspectos como governança, gestão, sociodiversidade e biodiversidade, com reflexões pessoais e institucionais de conselheiros dos mosaicos avaliados.

Além de ter participado da articulação para organizar um seminário nacional ocorrido em Brasília (DF) em 2016, que reuniu todos os representantes de mosaicos do país, o WWF-Brasil está empenhado na realização de encontros similares, mas focados no âmbito regional. O primeiro, agrupando os mosaicos da Região Norte, aconteceu em março de 2017.

MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL (MAM)



Formado por florestas estaduais, nacionais, estações ecológicas, reservas extrativistas, ecológicas e de desenvolvimento sustentável, o Mosaico da Amazônia Meridional (MAM) engloba 40 Unidades de Conservação interligadas ou próximas, nos limites dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Com uma área total de 72 mil km², foi reconhecido oficialmente em 2011. Desde 2007, o WWF-Brasil, em parceria com outras organizações da sociedade civil e instituições do governo, vinha buscando o seu reconhecimento por parte do governo federal. Ao lado de Terras Indígenas, o MAM é uma barreira contra o avanço da fronteira agrícola sobre a Floresta Amazônica, na região do Sul do Amazonas.

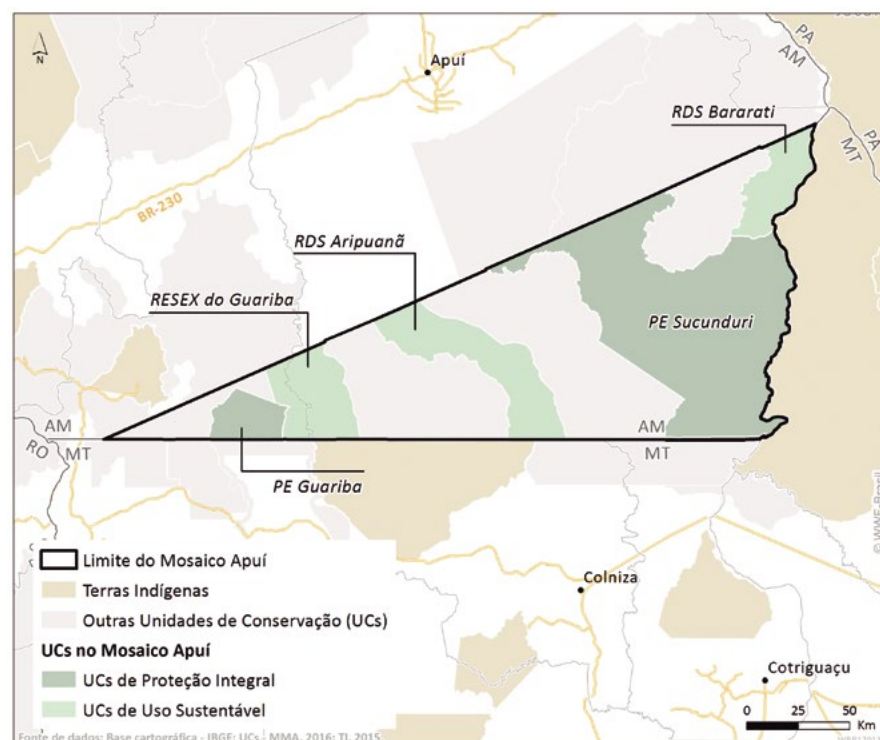
**O MAM tem
40 Unidades de
Conservação e
7,2 milhões
de hectares**

Apesar das pressões, grandes blocos de floresta ainda estão bastante preservados e foram pouco estudados. Há sete Terras Indígenas (TIs) no entorno e registros de índios isolados. As TIs somam 5,1 milhões de hectares e podem vir a se unir à iniciativa de gestão integrada do MAM.

APUÍ

Vários motivos levaram o Programa Amazônia a definir Apuí como município-chave para o mosaico que leva o seu nome e integra o Mosaico da Amazônia Meridional: a Transamazônica, que vai de leste a oeste do Amazonas e liga o estado ao Pará ao resto do país, passa pela sede do município; a pecuária é a principal atividade produtiva e está em expansão; e o maior assentamento de reforma agrária da América Latina também se encontra em Apuí.

MOSAICO DO APUÍ



O Mosaico do Apuí reúne 9 UCs e tem 2,4 milhões de hectares

Os seis mosaicos de Unidades de Conservação oficialmente reconhecidos na Amazônia têm mais de 32 milhões de hectares



© Zig Koch / WWF-Brasil

As ações do WWF-Brasil na região são voltadas para o fortalecimento da governança e para o desenvolvimento de cadeias produtivas, com um olhar para o modelo integrado de conservação e da gestão de paisagens.

A partir de um estudo da cadeia de produção da pecuária no Sul do Amazonas, realizado juntamente com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), em 2014, foram organizados debates com representantes do governo e da academia e com o setor produtivo para mostrar os resultados e buscar conjuntamente soluções que unissem o cumprimento da legislação ambiental ao desenvolvimento da pecuária sustentável.

A parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais do Sul do Amazonas (Sindisul), que auxiliou 184 produtores a entrarem no Cadastro Ambiental Rural (CAR), foi acompanhada de palestras, nas quais o WWF-Brasil convidou representantes do governo estadual para explicar a finalidade do cadastro e a aplicação da legislação ambiental, em função do pouco conhecimento dos produtores sobre o Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado em 2012.

O rebanho bovino no Sul da Amazonas cresceu 72% entre 1990 e 2012. A média de crescimento nacional foi de 24% no mesmo período

O Sul do
Amazonas é
onde acontece
75% do
desmatamento
no estado

A discussão sobre pecuária sustentável se seguiu, com a apresentação dos indicadores definidos pelo Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), do qual o WWF-Brasil faz parte. Esses indicadores servem como ferramentas para auxiliar os produtores e extensionistas a identificar aspectos da produção agropecuária que podem ser melhorados para que se tenha uma produção sustentável. O potencial de aumento de produtividade e de renda possível de ser obtido foi apresentado ao Governo do Estado e à Prefeitura de Apuí. Neste município, foram realizados também treinamentos técnicos de boas práticas agropecuárias para diversos extensionistas.

O WWF-Brasil promove ainda a capacitação das lideranças de vários setores produtivos. Por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ajudou a revisar um Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) municipal, espelhado no plano federal para a Amazônia (PPCDAM).

Uma recente parceria com a Universidade da Flórida permitiu a capacitação de lideranças locais, que passaram a entender melhor a importância dos sistemas socioecológicos e de governança. A ideia é replicar a experiência de Apuí, possibilitando que plataformas de discussão e planos de redução do desmatamento sejam implementados em outros municípios do Sul do Amazonas.

Na área florestal, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável formou uma Câmara Técnica com o objetivo de melhorar a organização do setor, estimulando a legalização e a rastreabilidade da madeira comercializada. No Conselho, empresários florestais da região encontraram um canal para fazer suas reivindicações junto às esferas estadual e federal.

Uma das demandas surgidas na Câmara foi a capacitação. O Programa Amazônia buscou vários parceiros para organizar treinamentos em técnicas de manejo florestal comunitário e co-



Rio Jari no Parque Nacional
do Tumucumaque

mercial, identificação de espécies arbóreas e em planejamento florestal. Palestras sobre concessões florestais e empreendedorismo também foram realizadas a pedido de empresários locais.

O WWF-Brasil espera que essas ações se reflitam no amadurecimento dos empresários da região, que devem usar as instâncias políticas para encaminhar suas demandas e buscar oportunidades de profissionalização.

Para disseminar a experiência de Apuí na governança da cadeia produtiva florestal, o WWF-Brasil está trabalhando com a Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) para formalizar a criação de um Distrito Florestal. Atores sociais de outros municípios – como Tapauá, Canutama, Lábrea, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Maués – devem integrar esta iniciativa. A extração ilegal de madeira é forte na região e a organização do setor, principalmente por meio das concessões florestais, pode ajudar a impedir a redução ou desciação de Unidades de Conservação naquela área.

O Parque Nacional do Tumucumaque tem cerca de 3,9 milhões de hectares e é um dos maiores do mundo

ESCUDO DAS GUIANAS

O Amapá, no extremo norte do país, integra a ecorregião do Escudo das Guianas e 72% de sua área é protegida, com grande diversidade de espécies e de endemismo.

A direção do desenvolvimento escolhida para os 28% restantes do território do estado será fundamental para garantir a conservação do bloco florestal. Quase toda a população é urbana, mas o saneamento básico nas cidades não chega a 40% e problemas como lixões já afetam as UCs nos limi-

PESQUISA APONTA RISCO DE CONTAMINAÇÃO POR MERCÚRIO

No oeste do Amapá, o maior Parque Nacional do Brasil foi objeto de um estudo sobre contaminação de mercúrio nos peixes mais consumidos na região, publicado em janeiro de 2017 na revista científica norte-americana *American Journal of Environmental Sciences*. A conclusão é bastante preocupante: no Parque Nacional do Tumucumaque e no seu entorno, dos 187 peixes coletados, 81% continham níveis de mercúrio e a metade apresentava níveis acima de 0,5 ppm (partes por milhão) – limite estabelecido como seguro pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A causa da contaminação é a utilização do mercúrio em atividades de prospecção de ouro em rios brasileiros, da Guiana e do Suriname.

Peixes de cinco das oito espécies capturadas continham mercúrio acima do limite. Populações de quatro Unidades de Uso Sustentável e de uma Terra Indígena no entorno do Tumucumaque têm nos peixes a sua principal fonte de proteínas e correm risco de contaminação.

O estudo foi realizado por pesquisadores da USP, ICMBio, Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Amapá e WWF-Brasil. As pesquisas prosseguem para estabelecer se há contaminação humana.



© Adriano Gambarini / WWF-Brasil

tes entre áreas protegidas e áreas urbanas.

Para complementar os esforços de planejamento existentes, o Programa Amazônia produziu em 2016 um estudo do qual participaram instituições atuantes na região. Intitulada *Planejamento para Paisagens Sustentáveis no Estado do Amapá*, a pesquisa mapeou aspectos da produção, conservação, bem-estar social e planejamento institucional

do estado, além dos conflitos entre o uso de recursos naturais e a conservação. E apontou grande potencial para extrativismo, turismo de base comunitária e indústria madeireira, cuja cadeia produtiva ainda é pouco estruturada.

Nos próximos anos, o Programa Amazônia pretende continuar a contribuir com o debate sobre as oportunidades de desenvolvimento local ligadas à conservação e com o planejamento de paisagens no estado. E também buscar parcerias em diversos setores, sempre voltadas para o desenvolvimento econômico e saúde ambiental, conciliando os múltiplos interesses e necessidades.



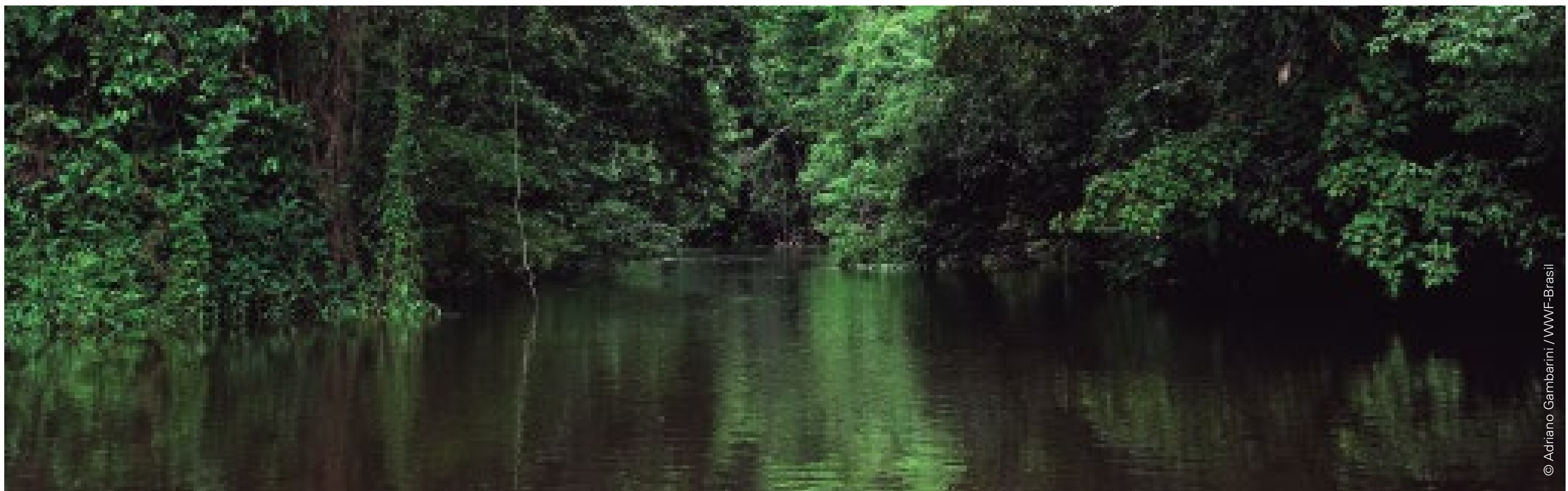
© Acervo WWF

TERRA DO MEIO

O Programa Amazônia encerrou suas atividades na Terra do Meio em 2016, ano da criação do Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiros do Embaubal e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória do Souzel, totalizando 27 mil hectares. As novas UCs são fundamentais para a conservação de áreas de desova da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis sp*).

Estudos científicos, expedições e avaliações ecológicas e sociais também foram realizados para auxiliar na elaboração do plano de manejo e na visibilidade do Parque Nacional da Serra do Pardo, um dos mais emblemáticos da região. Com mais de 450 mil hectares e 900 espécies catalogadas, ele está localizado nos municípios de Altamira e São Felix do Xingu e é ameaçado pela grilagem de terras. Mesmo tendo sido palco de operações para retirada de gado no passado, mantém mais de 90% de sua vegetação original.

Durante sua atuação na Terra do Meio, o WWF-Brasil desenvolveu uma série de ações em conjunto com outras organizações para o fortalecimento da governança, da participação social e da consolidação das Unidades de Conservação no sudeste do Pará, em prol do reconhecimento do Mosaico da Terra do Meio.



CÓDIGO FLORESTAL

A implementação qualificada do Código Florestal se constitui em uma das mais importantes estratégias de conservação levadas a cabo pelo WWF-Brasil - gerando oportunidades de geração de renda aliadas à regularização ambiental dos estabelecimentos rurais.

Nos Estados do Acre e do Amazonas, em parceria com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e organizações da sociedade civil, o WWF-Brasil promoveu debates, seminários, oficinas e intercâmbios.

O intuito dessas discussões foi avançar na implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) nos estados e na geração de modelos de restauração florestal em diferentes contextos e finalidades - incluindo a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's) com fins econômicos e também a implantação e o manejo de Sistemas Agroflorestais (SAF's).

PROGRAMA ARPA

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)

É o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta e o WWF-Brasil foi um dos seus principais formu-

ladores. Junto com a Rede WWF (que está entre os financiadores) tem participado ativamente em todos os estágios: da formação de um grupo de trabalho do setor privado, ao desenvolvimento de planos de financiamento; da realização de inventários de espécies em áreas propostas para proteção, ao desenvolvimento de programas de gestão.

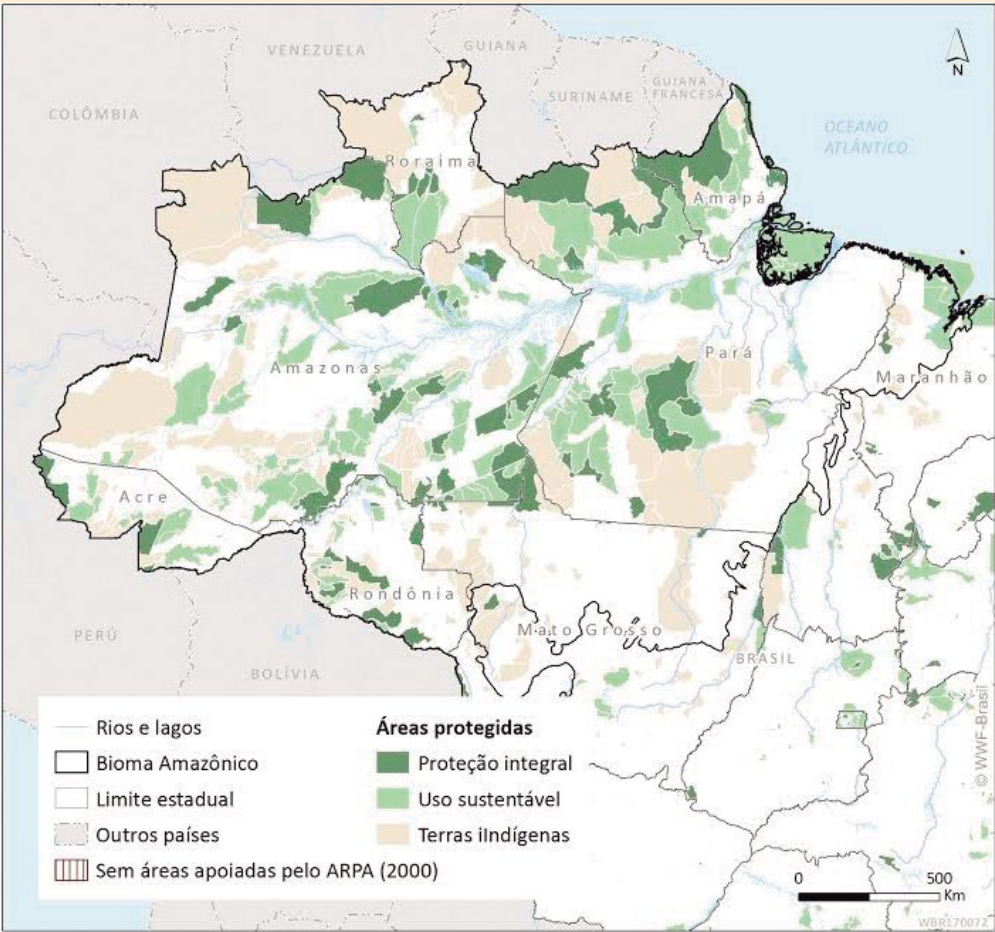
Em sua terceira fase, o ARPA já cobre 59,2 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia, tendo alcançado 98% da meta de conservação de 60 milhões de hectares até 2039.

Para garantir a sustentabilidade do ARPA, um fundo de transição (ARPA para a Vida) foi formulado nos últimos anos, baseado em uma estratégia utilizada pelo setor financeiro. Nesta fase, o Brasil irá ampliando suas contribuições até 2039, quando, com a ajuda de mecanismos de compensação, Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos e outras fontes, como doações privadas, o Programa será capaz de arcar com todos os seus custos.

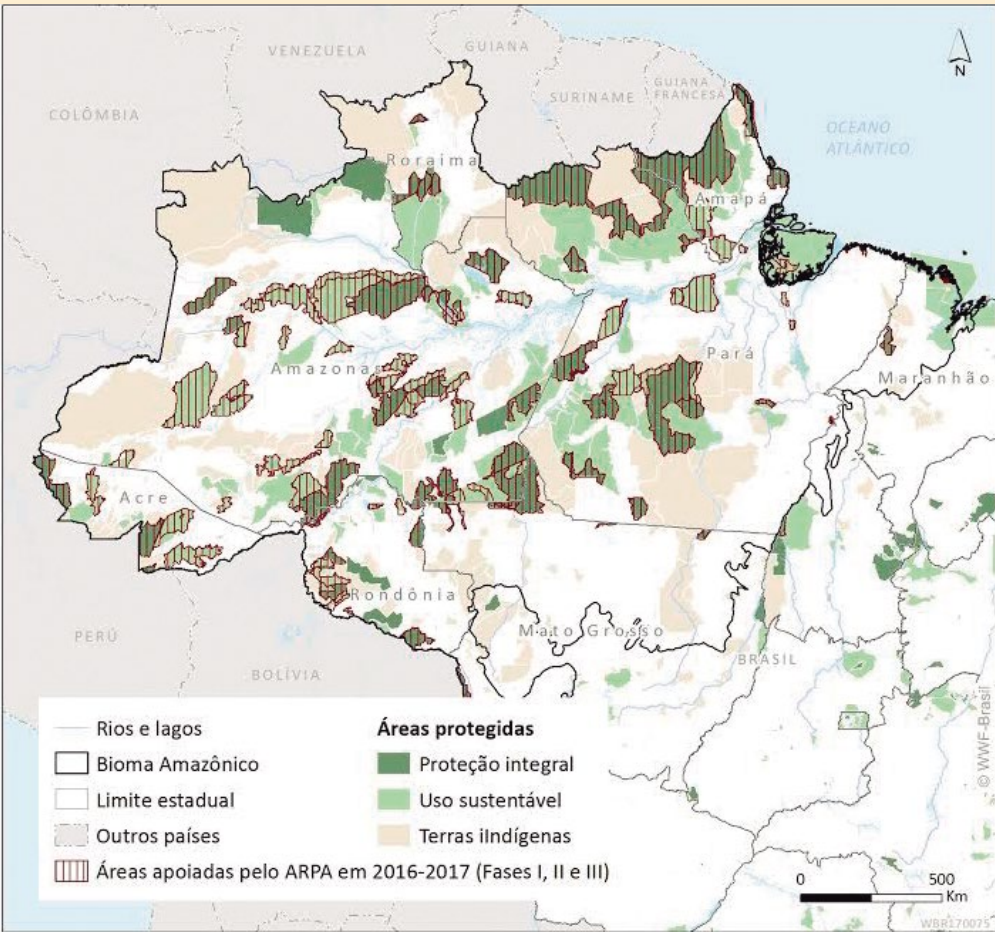
No período deste relatório, o WWF-Brasil apoiou o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente a reforçarem o planejamento, monitoramento e avaliação de áreas protegidas na Amazônia; auxiliou gestores de UCs federais e estaduais a aplicarem em 2015 o terceiro RAPPAM (método desenvolvido pela Rede WWF para a avaliação rápida e priorização do manejo); e ajudou o ICMBio a desenvolver e aplicar uma nova ferramenta de monitoramento: o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe), que poderá ser usado também em UCs estaduais. Enquanto o RAPPAM se destina a toda a área do ARPA e é aplicado a cada cinco anos, o SAMGe é aplicado anualmente e tem um componente espacial, que permite aos

EVOLUÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

2000



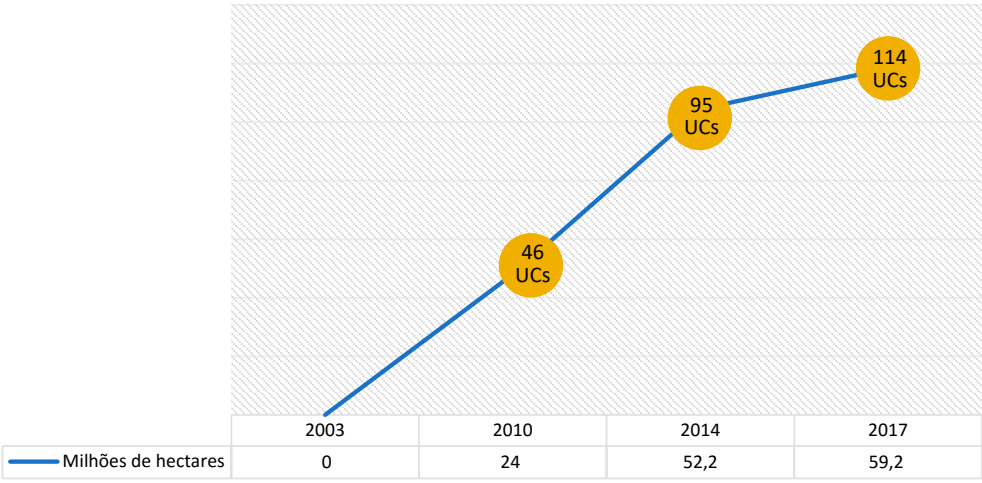
2016-2017



gestores identificarem mudanças no uso da terra (conversão de florestas para agricultura ou pecuária).

O WWF-Brasil também prestou assistência técnica para a construção de um protocolo de monitoramento de indicadores nas UCs que integram o ARPA, com a finalidade de avaliar impactos sociais e econômicos.

UCs apoiadas pelo ARPA



Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Capital Natural

Os benefícios da conservação são compartilhados por toda a sociedade. As florestas prestam gratuitamente serviços como regulação do clima, produção de chuva e umidade, biodiversidade, estocagem de carbono, polinização e até a contemplação. Ao mesmo tempo, fornecem produtos como madeira, frutas, látex, óleos e resinas. O conjunto dos serviços ambientais forma o capital natural, que afeta o bem-estar da sociedade e os resultados das empresas.

CAPITAL NATURAL

A valorização do capital natural tem obtido progressos significativos no Acre, onde o WWF-Brasil acompanha há

quase 20 anos o processo iniciado pelo governo do estado em 1999, com o Programa da Subvenção da Borracha (Probs) para seringueiros. Este programa culminaria, anos depois, na construção participativa do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que envolveu diferentes setores produtivos, comunidades extrativistas, indígenas, academia, especialistas e sociedade civil organizada. Outro fruto deste processo foi o surgimento do primeiro mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) subnacional do mundo, chamado de Incentivos para Serviços Ambientais do Carbono (ISA carbono).

O projeto *Protegendo Florestas/ Sky Rainforest Rescue* foi um dos financiadores do SISA com cerca de 11 milhões de reais doados pela SKY e seus espectadores entre 2013 e 2016. Com o ISA carbono, o *Protegendo Florestas* manteve um bilhão de árvores em pé, evitando a emissão de 3,7 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Os Pagamentos por Serviços Ambientais incluíram bônus e extensão rural para os produtores rurais que deixaram de fazer queimadas e aderiram ao sistema agroflorestal, além de remuneração para extrativistas por promoverem a conservação com atividades de baixo impacto nas florestas. Ou seja, pelos serviços ambientais prestados. Para ampliar o controle social sobre a Política de Incentivo aos Serviços Ambientais, foi criada a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA).

Entre 2005 e 2015 a renda média dos extrativistas no Acre aumentou entre 30% e 40%

Estudo do WWF-Brasil mostrou que cerca de 89% do subsídio pago a produtores e extrativistas em forma de Pagamento por Serviços Ambientais voltam para o governo em forma de impostos

O WWF-Brasil faz parte desta comissão, na qual são discutidos temas como repartição de benefícios, salvaguardas socioambientais e monitoramento e avaliação dos projetos e convênios firmados. Diversas outras instituições públicas e organizações da sociedade civil também integram a CEVA.

Para ajudar na captação por parte do governo do Acre, o Programa Amazônia realizou em 2015 uma avaliação econômica e financeira do subsídio da borracha no Acre, analisando os impactos na produção e na renda dos extrativistas, na geração de empregos no estado e na arrecadação de impostos. Uma das conclusões é que de cada R\$ 1 milhão investidos, entre R\$ 876 mil e R\$ 894 mil retornaram para os cofres do governo acreano em forma de impostos.



Mais de 2.300 famílias foram engajadas no Programa de Certificação no Acre, recebendo assistência técnica, fomento produtivo e um bônus florestal em troca do abandono das queimadas. Na foto, um dos produtores familiares que chegou a ter três safras de milho em um único ano.

© Simon Rawles / WWF

ENVOLVENDO O SISTEMA FINANCEIRO NA ECONOMIA VERDE

Além de trabalhar diretamente com o governo no desenho e implementação das políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o Programa Amazônia vem buscando a incorporação de salvaguardas nos investimentos de bancos públicos e privados. Critérios como a exigência do CAR para a concessão de crédito rural, podem ser ampliados para, por exemplo, conceder juros diferenciados para um fazendeiro que use as melhores práticas e reduza em sua propriedade a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Uma parceria com o Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces/FGV) foi formada para realizar um seminário em abril de 2017 com a finalidade de debater riscos e oportunidades na valorização do capital natural para conservação e desenvolvimento da Amazônia.

O seminário “Negócios Sustentáveis na Amazônia” reuniu representantes de governos estaduais da Amazônia brasileira, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada e resultou na criação de um comitê formado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), Banco do Brasil, além do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e do WWF-Brasil.

Nos próximos anos, o WWF-Brasil quer apoiar a implementação de mecanismos financeiros para fortalecer a economia verde: salvaguardas socioambientais para instituições financeiras, implementação do ICMS verde e mecanismos diferenciados de tributação.



© Jorge Eduardo Dantas / WWF-Brasil



PESQUISA E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

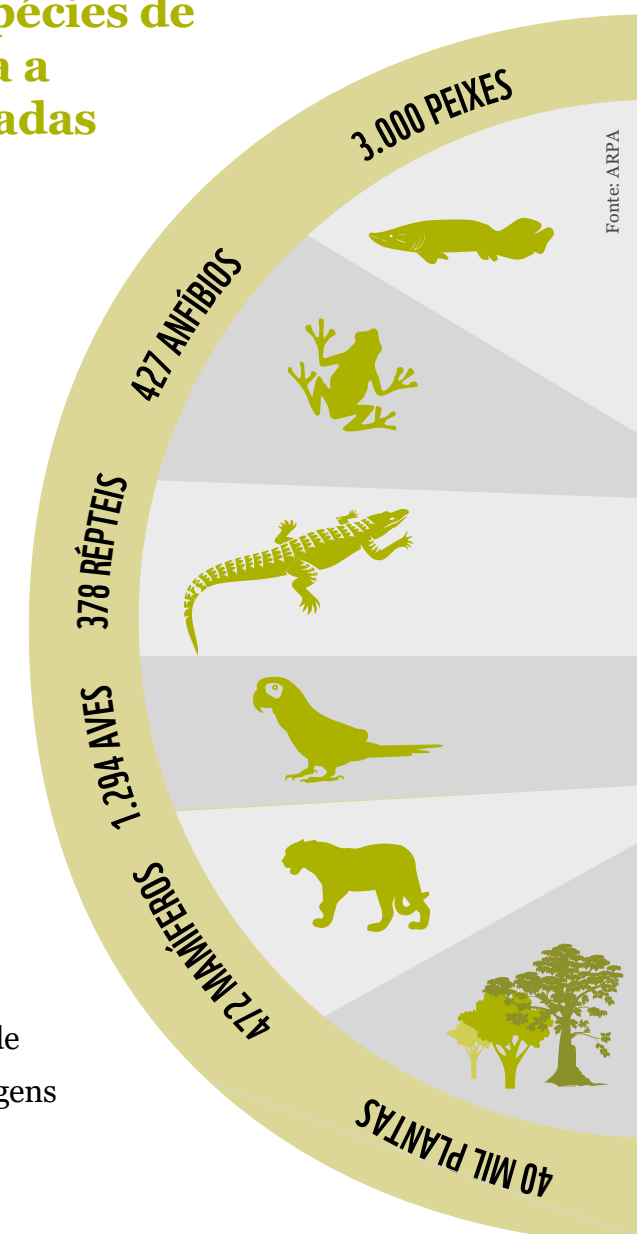
Zogue-zogue-rabo-de-fogo é descoberto em situação vulnerável e pode estar ameaçado

© Adriano Gambarini / WWF-Brasil

NOVAS ESPÉCIES

Novas espécies continuam sendo descobertas em grande quantidade nos nove países que compartilham o bioma amazônico (Pan-Amazônia), o que reforça a importância de conservar sua biodiversidade única. Em agosto de 2017 o WWF-Brasil lançou um relatório mostrando que, entre 2014 e 2015, foram descobertas 381 novas espécies de plantas e animais em toda a Amazônia. Foram registradas 216 novas espécies de plantas; 93 de peixes; 32 de anfíbios; 19 de répteis; uma ave; 18 mamíferos; e dois mamíferos fósseis.

Apesar de não incluir insetos e outros invertebrados, o trabalho mostrou que, em média, uma espécie nova foi encontrada a cada dois dias naquele período. A maioria encontrada apenas em regiões específicas da Amazônia, muitas delas vulneráveis à ação do homem. Um exemplo é a piranha vegetariana, descrita pela primeira vez em anos recentes. Ela vive em águas encachoeiradas e pode desaparecer, se forem construídas barragens no rio Trombetas (PA).



Fonte: ARPA

BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Design: Quartzo Comunicação

O Programa Amazônia realiza regularmente expedições científicas com pesquisadores e organizações parceiras para estudar a fauna, a flora e os ecossistemas amazônicos.

ZOGUE-ZOGUE-RABO-DE-FOGO

Com uma faixa grisalha acima dos olhos e rabo comprido e vermelho, este pequeno macaco foi visto pela primeira vez em 2010, em uma expedição promovida pelo WWF-Brasil e parceiros numa área de difícil acesso, no norte do Mato Grosso. Três anos depois, o WWF-Brasil promoveu a **Expedição Zogue-zogue-rabo-de-fogo** para descobrir mais sobre ele.

Apesar de ser bastante comum encontrar novas espécies de plantas e animais na Amazônia, é raro descobrir novos mamíferos, como o zogue-zogue-rabo-de-fogo (*Plecturocebus miltoni*), cuja descrição formal aconteceu ao final de 2014, na revista científica Papéis Avulsos de Zoologia, da Universidade de São Paulo (USP).

A descoberta e a descrição do primata foram o primeiro passo para garantir sua sobrevivência, já que as áreas em que o zogue-zogue é encontrado são sujeitas à exploração ilegal de madeira, queimadas e grilagem.



A expedição mapeou a área de ocorrência do zogue-zogue entre os rios Aripuanã e Roosevelt, até o encontro dos dois - no noroeste do Mato Grosso. Constatou-se que grupos do animal vivem em algumas Unidades de Conservação nas quais o WWF-Brasil trabalha ou já trabalhou, no Mosaico de Apuí. Na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, por exemplo, o rabo-de-fogo vive na floresta onde os moradores coletam castanhas. Sabendo de sua presença, o trabalho de extrativismo pode levar em consideração a necessidade de conservação do primata.

Em 2014, em parceria com a Iniciativa Amazônia Viva da Rede WWF, o WWF-Brasil realizou a **Expedição Espécies Migratórias do rio Juruena**. O estudo sobre as matrinxãs (*Brycon amazonicus*) foi realizado na região do Salto Augusto, no Parque Nacional do Juruena. As matrinxãs são um peixe amazônico migratório apreciado pela carne e pelo brilho prateado das escamas.

A primeira **Expedição Golfinhos do Tapajós**, também em 2014, documentou a distribuição e fez uma primeira estimativa da quantidade de botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*) e botos-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*). Pesquisadores do Programa Amazônia e do Instituto Mamirauá percorreram 577 quilômetros em dois trechos do rio Tapajós - acima e abaixo do Salto, com o objetivo de construir uma base de informações para acompanhar a saúde dos rios da bacia do Tapajós.

Sem barragens na área analisada, a pesquisa pode servir de comparação para regiões onde hidrelétricas já foram instaladas. O número de botos vermelhos e tucuxis foi considerado baixo, provavelmente por causa da grande quantidade de dragas de prospecção de ouro encontradas no rio Juruena.



ECODRONES
TECNOLOGIA APLICADA À CONSERVAÇÃO

© Amanda Lélis / Instituto Mamirauá

A utilização de drones em pesquisas científicas pode reduzir custos e ampliar a precisão da coleta de dados. Em parceria com o Instituto Mamirauá (unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), o *Conservation Drones* e o WWF-Brasil realizaram a expedição *Ecodrones – Botos da Amazônia*, no final de 2016, para desenvolver uma metodologia com utilização de drones para monitorar a população de botos. A equipe percorreu 400 km pelo rio Juruá, no Amazonas.

Drones já são utilizados em conservação, por exemplo, para proteger elefantes na África. O projeto inova por utilizar a tecnologia para construir um censo, calculando a densidade populacional de botos.

Na expedição, a equipe fez a contagem por visualização e gravou vídeos com imagens captadas por drones. Após a comparação das informações dos vídeos com as registradas pelos pesquisadores (791 botos), eles irão definir os parâmetros mais adequados e desenvolver um algoritmo de identificação automática de botos.

Atualmente, para fazer este trabalho são necessários 10 pesquisadores posicionados na proa e na popa de um barco com os olhos fixos na água, avistando animais em um raio

de 180°. O número de animais registrados passa então por análises estatísticas para obtenção da densidade e abundância.

Uma das dificuldades com este método é que se sabe que os botos seguem os peixes em áreas de floresta inundada (igapós), onde os barcos não chegam. Com o uso de drones, vai ser possível avistá-los neste tipo de ambiente, permitindo estudos de deslocamento, uso e ocupação do *habitat*.

Uma equipe de filmagem acompanhou a expedição e produziu uma websérie com cinco vídeos, que atingiu mais de 1 milhão de pessoas na internet. Assista aqui como foi a expedição: <http://bit.ly/2uP5XYW>

A ausência de dados populacionais dificulta a produção de estratégias de conservação. Tanto o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) como o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) estão na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza, mas com “dados insuficientes”, já que se sabe pouco sobre sua população e taxas de mortalidade. No Brasil, o boto é considerado ameaçado.

A expedição *Ecodrones – Botos da Amazônia* faz parte do Projeto Ecodrones, lançado em 2015 para alavancar o uso de Veículos Aéreos não Tripulados na conservação da natureza.



© Fundación Omacha



© Amanda Lélis/Instituto Mamirauá

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENGAJAMENTO

EDUCAR PARA CONSERVAR

Ações de Educação Ambiental e de engajamento da sociedade são fundamentais no trabalho do Programa

Amazônia por contribuírem para mudanças de atitude da população, para valorização da biodiversidade e por ampliarem a importância dada à conservação da natureza e à riqueza sociocultural de comunidades e povos indígenas, além de sensibilizarem para a necessidade de mitigação das mudanças do clima.

A grande maioria dos projetos descritos nesta publicação têm um componente importante de educação, e dezenas de milhares de jovens e crianças na Amazônia tiveram contato com Educação Ambiental por meio do WWF-Brasil. Destacamos alguns deles:

- Como fruto do trabalho de manejo de pesca na Terra Indígena Praia do Carapanã, no Acre, foram elaborados uma cartilha e um calendário bilíngues (português-kaxinawá) com o objetivo de orientar o povo Huni Kuin/Kaxinawá sobre as práticas corretas do manejo do pirarucu dentro dos costumes anuais de produção da comunidade indígena. Os produtos foram elaborados pelos próprios indígenas durante oficinas realizadas pelo projeto, e estão disponíveis no website do WWF-Brasil: <http://bit.ly/2u8cQkB>
- Com o ICMBio, o WWF-Brasil publicou e distribuiu um Guia de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, com ações voltadas para as escolas. O conteúdo foi criado em uma reunião de educadores ambientais, gestores de Unidades de Conservação, técnicos do WWF-Brasil e lideranças comunitárias de UCs da Amazônia e de outros biomas.
- No Acre, a Mochila do Educador Ambiental ajudou vários professores na inserção de temas ambientais nas disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.



A Mochila é um conjunto de metodologias lúdicas e participativas de ensino-aprendizagem, contendo diversos materiais didáticos - flanelógrafo, maquete agroflorestal, conjunto de jogos ambientais, Carta da Terra para Crianças, banners, gravuras, cartilhas, vídeos e um Caderno de Atividades do Educador Ambiental. Por meio do projeto *Protegendo Florestas*, 184 professores de 96 escolas rurais de Feijó foram envolvidos no programa de formação de educadores e educadoras ambientais. Eles receberam apoio na qualificação de seus Planos Político-Pedagógicos, alcançando um universo de mais de 3 mil alunos nas escolas rurais do município.

- Juntamente com o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), o ICMBio e a Universidade Federal do Amapá, o WWF-Brasil desenvolveu o projeto *Biodiversidade nas Costas*, que produziu materiais didáticos para



crianças e jovens sobre a biodiversidade do Parque e treinou professores da rede pública para utilizá-los. Os materiais pedagógicos foram elaborados com base na análise das realidades socioambientais específicas de diferentes municípios no entorno do Parque do Tumucumaque, no Amapá. Ao todo, 10 mil alunos foram ensinados através deste método. O kit é direcionado para Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio e as atividades propostas foram desenvolvidas de forma a não depender de tecnologias inacessíveis para muitas das escolas e alunos.

- Lançamento da campanha #SomosAmazônia, para promover o bioma em várias plataformas sociais. A campanha atingiu entre 2015 e 2016 um público estimado de 29 milhões de pessoas no Brasil e no exterior, e contou com envio de material à imprensa, realização da exposição “Parques Nacionais: Legado dos Brasileiros” no metrô de São Paulo (SP), posts em redes sociais, criação de página específica para o Dia da Amazônia (05 de setembro), além do lançamento de uma série de vídeos em que participantes de projetos do WWF-Brasil na Amazônia falam de sua relação com a natureza. O próximo passo será implementar estratégias mais sólidas de marketing digital para dar maior visibilidade às ações e aproximar ainda mais os temas amazônicos da população brasileira. Para saber mais, visite o website: <http://www.somosamazonia.wwf.org.br/>





GERAÇÃO MILLENIUM NA AMAZÔNIA

O que pensam e fazem os jovens ativistas ambientais

Em associação com o Instituto Coca-Cola e ICMBio, o Programa Amazônia lançou em 2015 o projeto *Intercambiando*, de Educação Ambiental, formação de lideranças e protagonismo juvenil na Reserva Extrativista do Médio Juruá, no Amazonas.

Acompanhados por um monitor, os jovens participaram de intercâmbios para conhecer associações e cooperativas em outras partes do país, e aprender mais sobre estratégias que pudessem aplicar em suas comunidades como o ecoturismo de base comunitária, a gestão ambiental compartilhada, o associativismo, iniciativas de Educação Ambiental, cooperativismo e gestão. Divididos em três grupos, eles viajaram para Xapuri e Rio Branco no Acre, e para o Rio Grande do Sul.

Raimundo Silva, então com 23 anos, conheceu uma cooperativa de vinhos em Caxias do Sul (RS), para entender melhor as possibilidades do cooperativismo. O que mais o impressionou foi o valor que os jovens cooperados gaúchos davam às tradições: “A gente pensava que estava bem organizado, com a saída dos patrões dos seringais e a criação da Resex. Quando chegamos ao Rio Grande do Sul, vimos que

eles estão bem mais avançados, valorizavam muito a cultura dos pais, que começaram a produzir o vinho”. Segundo Raimundo, “voltamos sabendo que a gente pode evoluir sempre, sem esquecer do passado”.

A experiência foi transformada em uma história em quadrinhos, um guia de bolso, um caderno do Educador Jovem, um jogo da memória e um quebra-cabeças. O kit foi adotado em várias das escolas da região como material de Educação Ambiental.

Após o término do projeto, alguns dos participantes tornaram-se professores e Raimundo hoje trabalha no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Muitos passaram a integrar associações e cooperativas locais.

Mas o principal progresso, segundo Raimundo, foi o aumento da transparência. Os jovens compartilharam o que aprenderam e passaram a cultivar uma maior profissionalização das entidades. Hoje, na Resex, todas as associações e cooperativas prestam contas para os associados, o que não ocorria antes.

Nas horas vagas, Raimundo e alguns colegas escreveram um projeto e estão negociando com a Secretaria Estadual de Educação a adoção do kit em mais escolas, com nova impressão dos materiais produzidos por eles.

Ele também está à frente de um segundo projeto *Intercambiando* e já tem financiadores interessados. “Desta vez, queremos ir também a uma comunidade onde o projeto não deu tão certo como aqui. Trazer jovens para cá e tentarmos juntos entender as razões, além de ajudá-los a tentar novamente”.



Foto: Acervo/WWF-Brasil

APLICATIVO AJUDA NO COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI

A dengue, a zika e a chikungunya, transmitidas pelo *Aedes aegypti*, além de um problema de saúde pública, estão relacionadas a fatores ambientais. Problemas como desmatamento e aquecimento global contribuem para a proliferação de mosquitos em áreas urbanas. Em 2016, o projeto AeTrapp do WWF-Brasil foi um dos 10 vencedores do Desafio de Impacto Social do Google.

O AeTrapp consiste em uma armadilha de baixo custo, feita em casa para capturar os ovos do mosquito. E de um aplicativo para celular, que transmite as fotos para um site onde a contagem automática dos ovos é realizada e incorporada a uma base de dados aberta. Esta base, por sua vez, alimenta um mapa onde é possível identificar onde estão os focos mais sérios de proliferação do mosquito e compartilhar as informações recebidas.

Com o uso do AeTrapp, vai ser possível comparar a presença dos mosquitos em diferentes localidades, facilitando o planejamento de operações de vigilância epidemiológica.



© James Gathany / USCDCP

Apenas 30% dos municípios brasileiros monitoram as populações de mosquitos e o engajamento da população pode aumentar bastante este alcance. Sabendo aonde estão os maiores focos, as autoridades serão capazes de direcionar esforços de combate.

A armadilha chama-se aetrampa e possibilitará ao cidadão participar do monitoramento do mosquito. Ela é feita com garrafas PET preenchidas com água e de uma paleta de papel mergulhada parcialmente na água, que vai servir de isca para que as fêmeas do mosquito depositem seus ovos.

O programa piloto começou em maio de 2017 em Rio Branco (AC) e após o período de testes, o app estará disponível para todo o território nacional. O aplicativo estará disponível para IOS e Android no site: <http://www.aetrapp.org/>



© Oda Scatolini

OS PRÓXIMOS CINCO ANOS

**Em menos de 50 anos
testemunhamos a
derrubada de quase 20%
da maior floresta tropical
do planeta para dar lugar a pastos, em grande
parte degradados, minas para extração de minério,
reservatórios de grandes usinas hidrelétricas,
grandes assentamentos humanos e cidades com
crescimento desordenado. Na última década, os
vastos campos de soja do Cerrado chegaram ao
norte do Mato Grosso, ao sul de Rondônia e a
estados como Pará, Amapá e Roraima.**

O futuro da humanidade está intimamente ligado ao futuro da Amazônia. Preservá-la significa garantir às futuras gerações menos impacto de mudanças climáticas para os brasileiros de regiões distantes como o Sudeste e o Sul do país e para todo o planeta. Ela é importante não só como uma grande armazenadora de carbono, mas por ser responsável por circular a umidade na atmosfera. Ainda temos na região a maior biodiversidade do planeta, além de inúmeras culturas e conhecimento que estão em risco de serem extintas.

Nos últimos cinco anos, trabalhamos muito com o desenvolvimento de cadeias produtivas e atividades de fortalecimento de comunidades. A maior parte dos impactos foi a nível local e o nosso desafio para os próximos cinco anos é criar escala. A produção da floresta precisa chegar aos mercados regional e global, incorporando a biodiversidade na mesa e na vida das pessoas. A organização das cadeias produtivas e ligação com as boas práticas é uma das formas mais eficazes de combater a ilegalidade de produtos como a madeira, por exemplo.

Num cenário de crise econômica, em que o governo está fragilizado e cede facilmente a pressões que vão contra o modelo de desenvolvimento sustentável que defendemos e acreditamos, ampliar a participação da sociedade na governança é

muito importante. Fortalecer as organizações sociais, mobilizar a população para a pauta ambiental e ampliar a participação na tomada de decisões também é prioridade para o Programa Amazônia do WWF-Brasil.

Os retrocessos na legislação ambiental impactam a Amazônia, mas também impactam os parques urbanos em São Paulo (SP) e os brasileiros precisam ser informados e saber que estes retrocessos estão acontecendo. Somos nós, os brasileiros, que temos que decidir se vamos consolidar nossa economia como exportadora de baixo valor agregado, concentrando renda e recursos na mão de poucos, transformando a Amazônia em exportadora de minerais e carne para o mundo. Trabalhar para a floresta ser a grande máquina econômica de milhões de pessoas na Amazônia é o que fazemos e iremos priorizar.

A Amazônia tem o potencial de gerar grandes oportunidades a partir da sua biodiversidade. Em uma era em que a humanidade começa a conhecer o potencial do DNA, possibilidades são imensuráveis para o descobrimento de biomedicamentos além de novas fontes de alimentação saudáveis e acessíveis. Quando se fala de natureza, não estamos só falando de animais, de beleza, mas do futuro do país. E a pesquisa é essencial



para demonstrar isto: de quanto será o aumento da desertificação no Brasil? Qual será o real efeito para o abastecimento de água no Sudeste se acabarmos com a parte oriental da Amazônia?

Nosso objetivo final é garantir que futuras gerações possam não só gozar da magia e da beleza da floresta, mas que tenham garantidas a aplicação de um modelo de desenvolvimento que preserve nosso capital natural, que invista na conservação deste ecossistema, e que ajude o Brasil a transformar-se numa potência da nova economia verde. Mudanças radicais já apontam para uma economia descarbonizada. A Amazônia é o maior ativo que a humanidade tem na parte terrestre. O Brasil tem que ter orgulho de ter esta diversidade e recursos naturais que nenhum país do mundo tem. ■

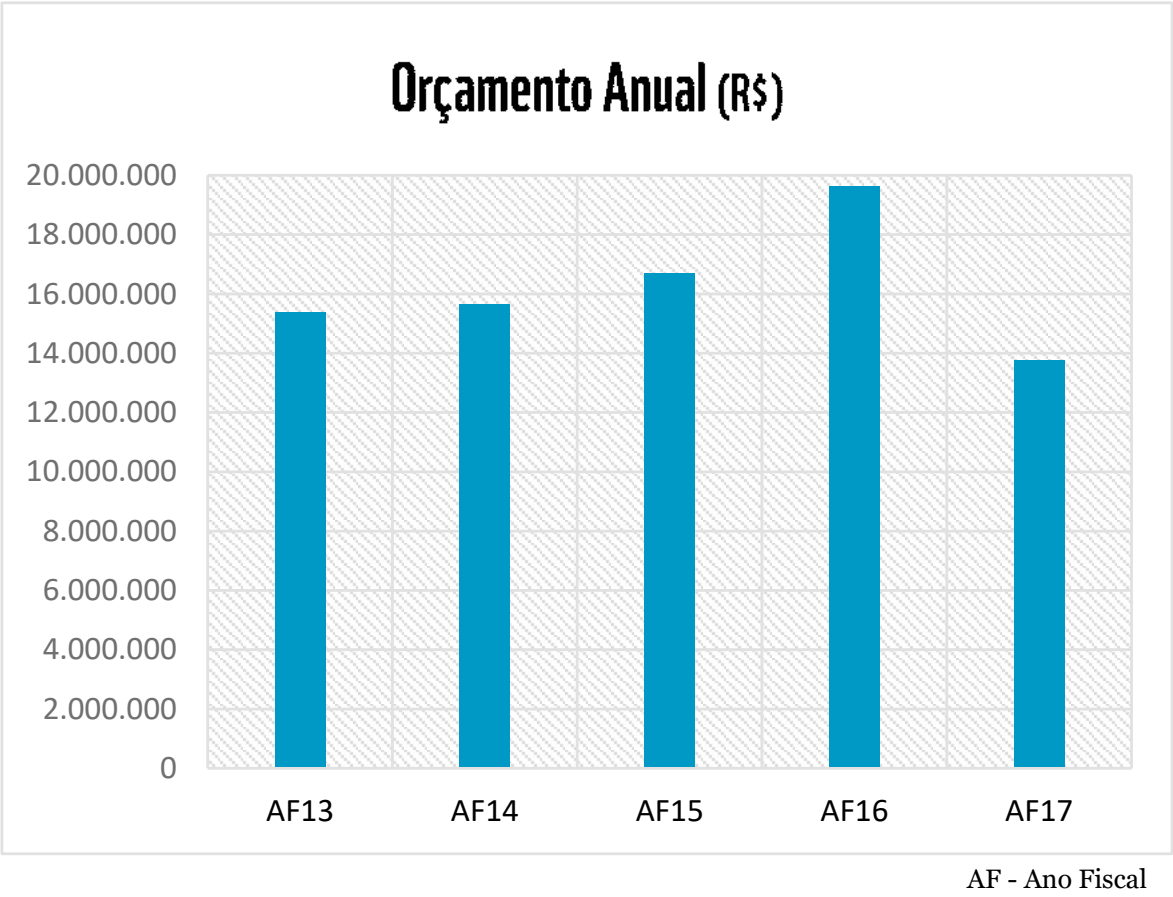
Ricardo Mello
Coordenador do Programa Amazônia



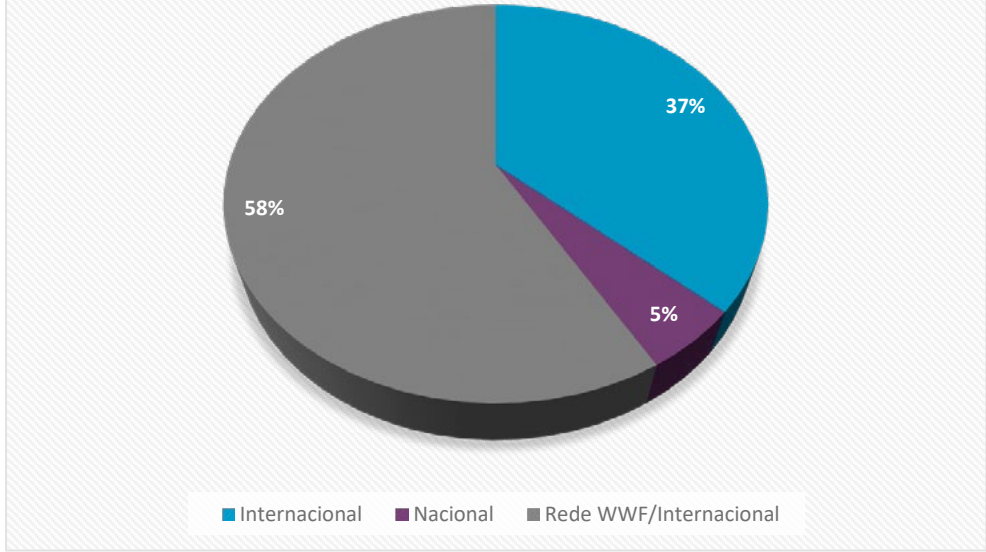
TRANSPARÊNCIA

RECEITAS

Período: julho de 2013 a junho de 2017*



Fontes de Recursos



Fonte de recurso	Doações
Doadores internacionais	R\$ 29.740.654,07
Doadores nacionais	R\$ 4.094.318,29
Rede WWF / Internacional	R\$ 47.326.024,07
TOTAL	R\$ 81.160.996,42

*O WWF-Brasil segue o ano fiscal da Rede WWF, que começa em julho e se encerra em junho.

DOADORES

O apoio de doadores que acreditam na missão e no trabalho da organização é fundamental para o alcance de nossos objetivos. Estas foram as organizações e empresas que financiaram os projetos do Programa Amazônia entre julho de 2013 e julho de 2017:

Internacionais	Nacionais	Rede WWF
Comissão Europeia (CE)	ABN	WWF-Suíça
OAK Foundation	Gradual	WWF-UK
SKY	Santander	WWF-Alemanha
BMU	UICN	WWF-França
Ecosia	BNDES	WWF-Holanda
Moore Foundation	Google	WWF-US
Mac Foundation	Instituto Coca Cola Brasil	WWF-Internacional



EQUIPE

BRASÍLIA

Ana Paula Silva Ferreira
Assistente administrativa

Etienne Lima de Oliveira
Controladoria

Frederico Brandão
Analista de Comunicação

Lea Maria David
Gestora Administrativa

Marcelo Oliveira
Especialista em Conservação

Marco Lentini
Líder da Iniciativa de Florestas

Osvaldo Barassi Gajardo
Gestor de Projetos

Ricardo Mello
Coordenador

Ricardo Russo
Especialista da Iniciativa de Florestas

RIO BRANCO

Claudio de Oliveira
Estagiário

Flávio Quental
Analista de Conservação

Lidiane Oliveira
Assistente Administrativa

Lucas Souza
Analista de Conservação

Moacyr Araújo
Analista de Conservação

Rocio Ruiz
Analista de Conservação

MANAUS

Jasylene Abreu
Analista de Conservação

Jorge Eduardo Dantas
Analista de Comunicação

Karen Pacheco
Analista de Conservação

Lorenza Zanetti
Analista de Conservação

Rayana Regina Nobre Pereira
Assistente Administrativa

Nossos sinceros agradecimentos a todos os colaboradores e ex-colaboradores do WWF-Brasil e da Rede WWF que ajudaram na concepção, planejamento, execução e contínuo aperfeiçoamento das atividades listadas neste livro. O esforço de todos contribuiu para atingir os resultados apresentados nesta publicação.

A Amazônia que queremos

200 milhões de litros de água

são despejados por segundo no Oceano Atlântico pela bacia amazônica

O Rio Amazonas

é o segundo maior do mundo, com 6.400 km de extensão; fica atrás apenas do Nilo, na África.

10% das espécies do planeta

estão na Amazônia e 20% da água potável estão aqui.

Boto, harpia, pirarucu e onça

são algumas das espécies animais amazônicas mais conhecidas.

A Amazônia é o lar de 34 milhões de pessoas

em 9 países. No Brasil, são 27,6 milhões.



Por que existimos

Para interromper a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual seres humanos vivam em harmonia com a natureza

www.wwf.org.br

Baixe aqui a versão eletrônica desta publicação:
wwf.org.br/publicacoes